



## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO, REALIZADA DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Aos vinte e um dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e catorze, na vila de Miranda do Corvo, pelas nove horas e trinta minutos, no edifício dos Paços do Município de Miranda do Corvo, reuniu a Câmara Municipal de Miranda do Corvo. -----

Estavam presentes, o Presidente António Miguel Costa Baptista e os Vereadores, Miguel António Bastos Brandão, Sérgio Luís Rodrigues Sêco, Rui António Fernandes Dias Reis Godinho, Célia Maria da Conceição Mateus, José Miguel Ramos Ferreira e Rita Teresa Amado Ferreira. -----

Faltou a Vereadora Ana Maria Santos Marreco e Rosa de Gouveia, que solicitou a respetiva substituição, nos termos do art.º 78.º e seguintes da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

Presente o Saldo do **Resumo Diário do dia anterior** dois milhões, cento e oitenta e sete mil, três euros e trinta cêntimos; -----

**Operações Orçamentais:** um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e sete euros e sessenta cêntimos; -----

**Operações de Tesouraria:** trezentos e quarenta mil, cento e sessenta e cinco euros e setenta cêntimos. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

O Presidente da Câmara António Miguel Costa Baptista, deu início à sessão, começando por cumprimentar todos os presentes. -----

Com a presença da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Dr.ª Marilene Rodrigues, procedeu-se ao período antes da Ordem do Dia e seguidamente à apreciação dos assuntos constantes da agenda de trabalhos antecipadamente entregue a todos os membros, documento que aqui se dá como transcrito e fica arquivado no dossier anexo ao livro de atas.

Seguiu-se o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para agradecer ao Dr. Nelson Lopes, do Mercado Abastecedor de Coimbra, o qual teve a amabilidade de contactar a Câmara Municipal de Miranda do Corvo, no sentido de oferecer cerca de duzentas caixas de fruta (laranjas e clementinas).-----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Informou que esta Câmara Municipal, acolheu a iniciativa com bastante agrado, sendo que a Sr.<sup>a</sup> Vice-presidente, em colaboração com os serviços técnicos, nesse mesmo dia, procederam à distribuição da fruta pelas instituições do nosso concelho nomeadamente, Lar Clemente de Carvalho, Casa do Gaiato, Fundação ADFP, Lar de Jovens de Santa Maria de Semide e Santa Casa da Misericórdia de Semide. -----

Informou ainda que foram distribuídas caixas pelas juntas de freguesia e o gabinete de ação social da autarquia procedeu à distribuição pelas famílias carenciadas do concelho. --

O Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao Vereador Sérgio Sêco, que depois de cumprimentar os presentes, agradeceu também ao Dr. Nelson Lopes a amabilidade que teve e recordou que esta iniciativa visa essencialmente o apoio a pessoas carenciadas. Neste contexto solicitou que fosse remetido a este jovem mirandense um voto de louvor a agradecer esta postura. -----

O Senhor Presidente da Câmara, concordou com a atribuição do Voto de Louvor e informou que iria solicitar ao GAP para, em colaboração com os senhores Vereadores, redigirem um Voto de Louvor como forma de agradecimento ao Dr. Nelson Lopes. -----

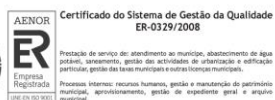
O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador Sérgio Sêco que solicitou que o Senhor Presidente interviesse junto do funcionamento da Câmara Municipal, uma vez que as coletividades e associações remetem os seus convites para festas e convívios para os Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS/PP “Miranda não pode Parar”, e os mesmos não são rececionados. Informou que tem conhecimento que são diversos os convites entregues na Câmara Municipal e que não lhes são entregues. -----

Solicitou também que assim que algum convite seja entregue na Câmara Municipal, que de imediato se dê conhecimento aos Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS/PP “Miranda não pode Parar”. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou o Senhor Vereador que já tinha conhecimento dessa situação. Informou que é uma falha que não pode acontecer, salientando que futuramente e sempre que cheguem convites para os Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS/PP “Miranda não pode Parar”, os mesmos serão imediatamente remetidos via e-mail, ou telefone. -----

Por fim o Senhor Presidente da Câmara, evidenciou que não houve qualquer intenção neste acontecimento e que tal se deveu a uma falha de comunicação nos serviços. -----

Seguiu-se a apreciação dos assuntos constantes na agenda, documento que aqui se dá como transcrito e fica arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

### **CORRESPONDÊNCIA -----**

Da Casa do Povo de Miranda do Corvo, a solicitar autorização para que um profissional da Câmara se possa deslocar às instalações da Casa do Povo com o objetivo de avaliar as condições em que se encontra a cobertura, devido a infiltrações constantes. ----

O Presidente da Câmara, propôs a cedência de um técnico do município para em articulação com a Casa do Povo, se proceda a uma avaliação das condições da cobertura.

A Câmara tomou conhecimento, e deliberou, por unanimidade designar a Técnica Superior Eng.<sup>a</sup> Isabel Ferreira, para avaliar a situação. -----

Da Fundação ADFP - Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional, a solicitar a reanálise do ofício n.º 702, datado de 8/02/2013, relativo à limpeza de fossas. Tem junto informação técnica, informando que a Fundação ADFP, deverá efetuar o pagamento, no valor de 303,59 euros, atendendo ao facto das requisições, serem anteriores à deliberação de câmara de 16.08.2012, em que isenta o referido pagamento.

Nos termos do previsto no n.º1 do art.º 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador José Miguel Ferreira comunicou o seu impedimento no presente processo, por motivo de ligações familiares ao Presidente da Fundação. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

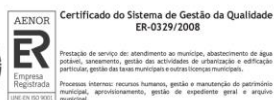
A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, retirar o ponto para posterior reanálise.-----

Da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, a solicitar patrocínio para a "Queima das Fitas/2014". -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 25,00 euros para aquisição de um espaço publicitário, a incluir na plaquete do curso, referente à realização do carro da Queima das Fitas 2014. -----

Do Rancho Etnográfico Flores das Cortes, a solicitar a atribuição de subsídio para a realização da XV Festa do Idoso, a realizar no próximo dia 17 de novembro. Tem junto informação da Comissão Técnica de Análise, propondo a atribuição de um subsídio de 75,00 euros para a realização do evento e informação da AFPA, informando da existência de fundos disponíveis. -----

A câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 75,00€, para apoio na realização da XV Festa do Idoso, de acordo com informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento.-----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

**Da Câmara Municipal de Elvas, a enviar "Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos".** -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**Da Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Torno, Casalinho e Corujeira, a solicitar a atribuição de subsídio para a realização do 1.º Encontro de Concertinas. Tem junto informação da Comissão Técnica de Análise, propondo a atribuição de um subsídio de 75,00 euros para a realização do evento e informação da AFPA, informando da existência de fundos disponíveis.** -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 75,00€ para apoio na realização do 1.º Encontro de Concertinas, de acordo com informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento. -----

**Da Monitar - Engenharia do Ambiente, a enviar questionário para preenchimento, relativo à monitorização da componente social da subconcessão do Pinhal Interior Lanches da A13/IC3. Tem junto informação da Técnica de Planeamento Regional e Urbano, Fátima Ferreira.** -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o teor da informação técnica, documento que aqui se dá como transcrito, ficando arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----

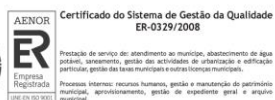
Deliberou ainda solicitar a colaboração da Junta de Freguesia de Lamas no preenchimento do inquérito de monitorização da componente social. -----

Relativamente ao ponto 5 do inquérito, deliberou, por unanimidade, reafirmar a ambição de execução de um nó de ligação na Zona das Vendas da Serra, o qual irá promover a acessibilidade à zona de Semide e Rio de Vide. -----

**Da Comissão da Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte, a solicitar a colaboração da Câmara na elaboração de projeto para telheiro a construir na capela da Boa Morte.** -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, colaborar com a Junta de Freguesia na elaboração de projeto para telheiro a construir na capela da Boa Morte, devendo a Técnica Ana Figueiredo acompanhar e supervisionar, em articulação com todos os intervenientes, a referida colaboração. -----

**Da Direção Geral de Energia e Geologia, a informar de que a empresa "Cauliareias - Caulinos e Areias, S.A.", solicitou a concessão de uma área para concessão de exploração de depósitos minerais de caulino, cujo aviso, foi publicado em Diário da República de**





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

acordo com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de março. Tem junto informação da Técnica, Fátima Ferreira. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra e informou que a referida exploração está prevista para a zona do Padrão, paralelamente à EN 342 e envolve não só uma área de Miranda mas também da Lousã. Propôs ainda que se delibere aprovar o conteúdo da informação técnica, dando conhecimento da mesma à Direção Geral da Energia e Geologia. ---

O Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao Vereador Sérgio Seco que informou que esta preocupação já vinha do executivo anterior, e que tinham um projeto antigo para uma zona turística perto de Cadaixo, Espinho e Meãs. -----

Salientou que a aprovação deste projeto, que se situa no centro da Vila irá causar um impacto visual bastante negativo, que a qualidade do ar irá disparar para parâmetros muito negativos e que a qualidade do trânsito irá ficar muito deficitária. -----

Por fim propôs o indeferimento do pedido no que toca ao nosso concelho. -----

O Senhor Presidente da Câmara, mostrou também a sua indignação perante tantos aspetos negativos que a concessão desta área de exploração irá trazer ao concelho de Miranda do Corvo e referiu que se necessário for, se terá que mobilizar as populações mostrando publicamente a nossa total oposição para que esta exploração possa vir a avançar.

A Câmara tomou conhecimento da informação técnica e deliberou, por unanimidade, notificar a Direção Geral de Energia e Geologia do conteúdo da mesma. -----

O Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Miguel Brandão, para dar seguimento aos trabalhos, em virtude de ser um dos seus pelouros. -----

O Vereador cumprimentou todos os presentes e seguiu com os trabalhos. -----

### OBRAS PARTICULARES -----

**Reposição de legalidade urbanística - Jorge Manuel Santos de Almeida:** requerimento n.º 19412/2013, a solicitar a prorrogação de 30 dias para entrega de elementos. Tem junto informação técnica do seguinte teor: -----

“Na sequência da notificação da autarquia, relativa a um processo de obras sem alvará de licença emitida, vem o requerente solicitar a prorrogação do prazo para entrega dos elementos solicitados em 30 dias úteis. -----

Face ao exposto e uma vez que estamos perante uma obra executada sem o devido licenciamento, sujeita às sanções, indicadas nas informações técnicas em anexo que se encontra anexa ao processo, não existindo enquadramento legal para a concessão da



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

prorrogação requerida, deixo à consideração superior da autarquia o deferimento da prorrogação do prazo solicitado pelo requerente.-----

Caso a autarquia delibere conceder a prorrogação de prazo propomos que seja concedido um prazo máximo de 30 dias.-----

Mais se informe que foi já elaborado auto de notícia n.º 112/2013 relativamente à obra em causa, encontrando-se em tramitação o processo de contraordenação n.º 119/2013.

À consideração superior.-----

Miranda do Corvo, 22 de janeiro de 2014.-----

Pedro Correia de Paiva, Eng.º (a).”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 30 dias, de acordo com a informação técnica e parecer do Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente.-----

**Ampliação de moradia unifamiliar sem alvará de licença - Paulo Alexandre Pereira de Almeida: Presente parecer do Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente, do seguinte teor:-----**

“Ampliação de moradia sem alvará de licença - Paulo Alexandre Pereira de Almeida---

Exm.º Sr. Vereador, Eng.º Miguel Brandão-----

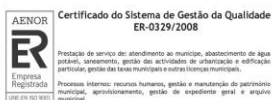
Refere-se o presente processo à reposição da legalidade urbanística da ampliação de uma moradia unifamiliar, pelo Sr. Paulo Alexandre Pereira de Almeida, na Rua da Mesura em Miranda do Corvo.-----

De acordo com as informação técnica de 15.01.2014 em anexo da Sr.ª Eng.ª Lurdes Figueiredo o munícipe não repõe a legalidade urbanística.-----

O munícipe instruiu um pedido de licenciamento (Processo 147/2012), sobre que recaiu a informação em anexo do Sr. Eng.º Carlos Santos de 27.10.2013, tendo sido deliberado na reunião de câmara de 15.11.2013 suspender a sua aprovação, dado que o processo não cumpre o PU mas dá cumprimento à 1.ª revisão do PDM.-----

Analisado o processo verifica-se que, de acordo com a informação atrás referida da Sr.ª Eng.ª Lurdes Figueiredo, só será reponível a legalidade urbanística através de demolição da ampliação da moradia ou através do seu licenciamento após a entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM.-----

A referida ampliação, nos termos das várias informações contidas no processo, não é licenciável à luz do PU em vigor mas poderá vir a ser licenciável após a publicação e entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM.-----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Verifica-se assim que a obra, executada sem alvará de licença, não é passível de ser licenciada por violar os instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente o Plano de Urbanização de Miranda do Corvo, pelo que não se aplica o previsto no número 2 do artigo 106.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), sendo então a única forma de reposição da legalidade urbanística é através da demolição da obra ilegal, nos termos do número 1 do mesmo artigo.-----

Importa no entanto ponderar se faz sentido demolir uma obra, com a implicação dos elevados prejuízos materiais que daí advêm, que dentro de pouco tempo possa vir a ser licenciada? -----

Esta questão foi colocada a propósito dum outro processo ao Sr. Dr. Paulo Veiga e Moura e à CCDRC.-----

O Sr. Dr. Paulo Veiga e Moura foi de opinião que sim, que a câmara está legalmente obrigada a prosseguir com o processo de demolição por não existir norma legal que permita a sua suspensão, referindo que se o particular o entender poderá impugnar judicialmente a decisão da autarquia, assegurando assim uma suspensão temporária do processo. -----

Já a CCDRC escusou-se a emitir opinião por considerar não existir questão jurídica controversa e considerar que se trata de matéria da competência da autarquia. -----

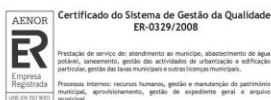
Solicitei uma informação à Sr.ª Dr.ª Fátima Ferreira sobre qual o ponto de situação atualizado da publicação e entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM, que anexo. De acordo com o mesmo constatamos que apenas se aguarda a publicação pelo Governo da carta da REN, já aprovada pela CNREN, para se proceder à aprovação final em Assembleia Municipal e à sua aprovação, ou seja, é previsível a sua entrada em vigor a curto prazo. -----

O Código do Procedimento Administrativo estabelece no seu artigo 5.º o “Princípio da Igualdade e da Proporcionalidade”, sendo que o princípio da proporcionalidade da atuação administrativa exige que a decisão seja adequada, necessária e proporcional. -----

Adequada e necessária sabemos que a decisão de demolir o é, à luz do instrumento de planeamento territorial em vigor neste momento, o PU, faltando apenas analisar a questão da proporcionalidade. -----

Para que uma decisão seja proporcional a lesão sofrida pelos administrados deve ser proporcional e justa em relação ao benefício alcançado para o interesse público. Trata-se de uma proporcionalidade custo/benefício. -----

Aqui chegados recoloco a questão anteriormente colocada, será que o benefício que resulta para o interesse público com a demolição numa ampliação numa moradia, que dentro







## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

de pouco tempo já poderá ser licenciada, justifica o custo da demolição e perca do bem que daí resulta para o administrado? Tanto mais que a administração já reconheceu que a medida que impede o licenciamento desta ampliação é desadequada ao interesse urbanístico e procedeu à alteração das regras no novo instrumento de planeamento territorial cuja aprovação final e publicação se aguarda, a 1.ª Revisão do PDM. -----

A esta se poderá acrescentar uma outra questão: será justo que este munícipe seja obrigado a demolir a sua ampliação ou a veja ser demolida coercivamente e dentro de pouco tempo o seu vizinho possa licenciar e construir uma idêntica, ou mesmo ele próprio a possa licenciar e construir de novo? -----

Do ponto de vista jurídico, de acordo com a resposta do Sr. Dr. Paulo Veiga e Moura, já vimos que a resposta é sim, restando ao munícipe a arma da impugnação judicial, que como sabemos tem custos elevados para os munícipes. -----

Pessoalmente sou de opinião que esta decisão, sendo juridicamente adequada, fere o princípio da proporcionalidade acima referido. -----

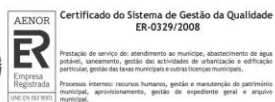
Deverá, na minha opinião, a CM ponderar sobre qual o procedimento a adoptar nesta situação e noutras similares (obras executadas sem licença, não licenciáveis perante os instrumentos de planeamento territorial em vigor mas licenciáveis de acordo com a 1.ª Revisão do PDM). -----

Assim proponho a V. Ex.ª que, caso a CM delibere avançar com estas demolições, seja o Sr. Paulo Alexandre Pereira de Almeida notificado da intenção da CM de proceder à demolição da ampliação construída sem o respectivo alvará de licença, dando-lhe 15 dias para se pronunciar sobre esta pretensão, nos termos e para os efeitos do número 3 do artigo 106.º do mesmo RJUE; -----

Ou proponho, caso a CM decida suspender estas demolições até à entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM, que seja o Sr. Paulo Alexandre Pereira de Almeida notificado para proceder à entrega dos elementos em falta para a instrução final do seu pedido de licenciamento da ampliação efectuada sem alvará de licença, no prazo máximo de 30 dias, com a advertência prévia de que a construção só poderá, eventualmente, ser licenciada após a entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM. -----

Proponho ainda que do andamento deste processo seja dado conhecimento à Sr.ª Dr.ª Marilene Rodrigues, instrutora do processo de contraordenação em curso. -----

O Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente, Carlos Jorge Rodrigues do Vale Ferreira (a) -----







## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Miranda do Corvo, 04 de janeiro de 2014. ”. -----

A Câmara deliberou por unanimidade suspender a demolição até à entrada em vigor da primeira revisão do PDM, de acordo com a informação técnica e parecer do Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente. -----

**Construção de anexo sem alvará de licença - Elisabete Alexandra Ribeiro Cardoso:**  
**Presente parecer do Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente. -----**

“Construção sem alvará de licença - Elisabete Alexandra Ribeiro Cardoso -----

Exm.º Sr. Vereador, Eng.º Miguel Brandão -----

Refere-se o presente processo à reposição da legalidade urbanística da construção de um anexo com 72,50m<sup>2</sup>, pela Sr.ª Elisabete Alexandra Ribeiro Cardoso, no lugar da Pereira.--

De acordo com a informação técnica de 16.12.2013 em anexo da Sr.ª Eng.ª Lurdes Figueiredo a munícipe não repõe a legalidade urbanística, que de acordo com a informação de 14.01.2014 da Sr.ª Dr.ª Fátima Ferreira só será reponível através de demolição parcial do anexo ou através do seu licenciamento após a entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM. -----

O referido anexo, nos termos das várias informações contidas no processo, não é licenciável à luz do PU em vigor (que só permite a construção no local de anexos até 30m<sup>2</sup>) mas poderá vir a ser licenciável após a publicação e entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM.

Verifica-se assim que a obra, executada sem alvará de licença, não é passível de ser licenciada por violar os instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente o Plano de Urbanização de Miranda do Corvo, pelo que não se aplica o previsto no número 2 do artigo 106.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), sendo então a única forma de reposição da legalidade urbanística é através da demolição (pelo menos parcial) da obra ilegal, nos termos do número 1 do mesmo artigo. -----

Importa no entanto ponderar se faz sentido demolir um anexo, com a implicação dos elevados prejuízos materiais que daí advêm, que dentro de pouco tempo possa vir a ser licenciado? -----

Esta questão foi colocada a propósito dum outro processo ao Sr. Dr. Paulo Veiga e Moura e à CCDRC. -----

O Sr. Dr. Paulo Veiga e Moura foi de opinião que sim, que a câmara está legalmente obrigada a prosseguir com o processo de demolição por não existir norma legal que permita a sua suspensão, referindo que se o particular o entender poderá impugnar judicialmente a decisão da autarquia, assegurando assim uma suspensão temporária do processo. -----



**AENOR**  
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infraestruturas municipais.  
Empresas Registradas  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Já a CCDRC escusou-se a emitir opinião por considerar não existir questão jurídica controversa e considerar que se trata de matéria da competência da autarquia. -----

Solicitei uma informação à Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fátima Ferreira sobre qual o ponto de situação atualizado da publicação e entrada em vigor da 1.<sup>a</sup> Revisão do PDM, que anexo. De acordo com o mesmo constatamos que apenas se aguarda a publicação pelo Governo da carta da REN, já aprovada pela CNREN, para se proceder à aprovação final em Assembleia Municipal e à sua aprovação, ou seja, é previsível a sua entrada em vigor a curto prazo. -----

O Código do Procedimento Administrativo estabelece no seu artigo 5.º o “Princípio da Igualdade e da Proporcionalidade”, sendo que o princípio da proporcionalidade da atuação administrativa exige que a decisão seja adequada, necessária e proporcional. -----

Adequada e necessária sabemos que a decisão de demolir o é, à luz do instrumento de planeamento territorial em vigor neste momento, o PU, faltando apenas analisar a questão da proporcionalidade. -----

Para que uma decisão seja proporcional a lesão sofrida pelos administrados deve ser proporcional e justa em relação ao benefício alcançado para o interesse público. Trata-se de uma proporcionalidade custo/benefício. -----

Aqui chegados recoloco a questão anteriormente colocada, será que o benefício que resulta para o interesse público com a demolição dum anexo, que dentro de pouco tempo já poderá ser licenciado, justifica o custo da demolição e perda do bem que daí resulta para o administrado? Tanto mais que a administração já reconheceu que a medida que impede o licenciamento deste anexo é desadequada ao interesse urbanístico e procedeu à alteração das regras no novo instrumento de planeamento territorial cuja aprovação final e publicação se aguarda, a 1.<sup>a</sup> Revisão do PDM. -----

A esta se poderá acrescentar uma outra questão: será justo que este munícipe seja obrigado a demolir o seu anexo ou o veja ser demolido coercivamente e dentro de pouco tempo o seu vizinho possa licenciar e construir um idêntico, ou mesmo ele próprio o possa licenciar e construir de novo? -----

Do ponto de vista jurídico, de acordo com a resposta do Sr. Dr. Paulo Veiga e Moura, já vimos que a resposta é sim, restando ao munícipe a arma da impugnação judicial, que como sabemos tem custos elevados para os munícipes. -----

Pessoalmente sou de opinião que esta decisão, sendo juridicamente adequada, fere o princípio da proporcionalidade acima referido. -----



## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Deverá, na minha opinião, a CM ponderar sobre qual o procedimento a adoptar nesta situação e noutras similares (obras executadas sem licença, não licenciáveis perante os instrumentos de planeamento territorial em vigor mas licenciáveis de acordo com a 1.ª Revisão do PDM).-----

Assim proponho a V. Ex.ª que, caso CM delibere avançar com estas demolições, seja a Sr.ª Elisabete Alexandra Ribeiro Cardoso notificada da intenção da C.M. de proceder à demolição do anexo construído sem o respectivo alvará de licença, dando-lhe 15 dias para se pronunciar sobre esta pretensão, nos termos e para os efeitos do número 3 do artigo 106.º do mesmo RJUE;-----

Ou proponho, caso a CM decida suspender estas demolições até à entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM, que seja a Sr.ª Elisabete Alexandra Ribeiro Cardoso notificada para proceder à instrução de um pedido de licenciamento da construção efectuada sem alvará de licença, no prazo máximo de 30 dias, com a advertência prévia de que a construção só poderá, eventualmente, ser licenciada após a entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM. -----

Proponho ainda que do andamento deste processo seja dado conhecimento à Sr.ª Dr.ª Marilene Rodrigues, instrutora do processo de contraordenação em curso. -----

O Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente, Carlos Jorge Rodrigues do Vale Ferreira (a)-----

Miranda do Corvo, 04 de janeiro de 2014.”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade suspender a demolição até à entrada em vigor da primeira revisão do PDM, de acordo com a informação técnica e parecer do Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente. -----

**Mobilização de solos: requerimento n.º 18030/2013, de Fernando dos Reis Antunes, a requerer licença para proceder à mobilização de solo, numa área de cerca de três mil metros quadrados, sito em Costa dos Braços, Semide, Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo o deferimento do pedido e parecer do Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente, do seguinte teor:-----**

“Relativamente ao assunto em epígrafe e de acordo com o solicitado por V. Exa., cumpro-me informar:-----

Através de Requerimento n.º E/1476, de 24 de janeiro de 2014, o Requerente Fernando dos Reis Antunes solicita para anexar ao processo registado com o n.º 18030, de 29 de novembro de 2013, relativo ao pedido de mobilização de solos, as Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM, com o local devidamente assinalado.-----



**AENOR**  
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras licenças municipais.  
Emprego  
Registado  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Solicita que lhe seja concedida licença, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril, para a escavação, aterro e cortes, conducentes à alteração do relevo natural, para a plantação de árvores de fruto e oliveiras, no seu prédio rústico n.º 10582, descrito na Conservatória do Registo Predial de Miranda do Corvo sob o n.º 5546/19950510, localizado em Costa dos Braços, no lugar dos Braços, Freguesia de Semide e Concelho de Miranda do Corvo, com uma área de intervenção de 3.400,00m<sup>2</sup>, de acordo com a respetiva certidão. -----

De acordo com o requerimento recebido e em anexo, informa que pretende que lhe seja concedida licença para as ações de mobilização do solo para a plantação de árvores de fruto e oliveiras, na área do prédio assinalada nas plantas em anexo e da responsabilidade do requerente, numa área com cerca de 3.000,00m<sup>2</sup>.-----

Juntou cópia do parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, de Referência DGT 2481/13, Proc: RFL-CO.09.04/7-13 ID 64028, datado de 13 de novembro de 2013, a informar que a pretensão não está sujeita ao Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN). -----

O Requerimento n.º 17524, 19.01.19, de 20 de novembro de 2013, em anexo, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro dá conhecimento a esta Câmara Municipal, atendendo à pretensão do requerente, de que esta não está sujeita ao RJREN. -----

Assim, face à legislação em vigor: -----

O requerente pretende efetuar ações de mobilização de solo, nomeadamente a escavação, aterro e cortes, conducentes à alteração do relevo natural, para a plantação de árvores de fruto e oliveiras, no seu prédio rústico n.º 10582, descrito na Conservatória do Registo Predial de Miranda do Corvo sob o n.º 5546/19950510, localizado em Costa dos Braços, no lugar dos Braços, Freguesia de Semide e Concelho de Miranda do Corvo, numa área com cerca de 3.000,00m<sup>2</sup>. -----

Ao abrigo do Artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril, carecem de licença das Câmaras Municipais as ações de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas de solo arável. -----

De acordo com a localização do terreno apresentada e da responsabilidade do requerente, nas plantas que constam do respetivo requerimento, a área objeto do presente pedido localiza-se em área abrangida pelo Plano Diretor Municipal de Miranda do Corvo, inserida em Espaço Urbano 2 - Outros Aglomerados, de acordo com a sua Planta de



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Ordenamento, sem condicionantes de acordo com a sua Planta de Condicionantes, numa faixa de 30,00 ml paralela ao eixo do arruamento contíguo.-----

Face ao exposto, atendendo à localização do prédio assinalada e da responsabilidade do requerente, e de acordo com o respetivo regulamento, não se verificam incompatibilidades relativamente ao definido no PDM em vigor, para as ações de mobilização de solo que o requerente pretende efetuar, conducentes à alteração do relevo natural, para a plantação de árvores de fruto e oliveiras. -----

PROPOSTA: -----

Face ao exposto informamos que o presente pedido reúne condições para o seu deferimento, após o pagamento das taxas devidas.-----

Mais se informa que, de acordo com o Requerimento em anexo, os valores para aplicação de taxas são os seguintes: -----

Área de intervenção: 3.000,00m<sup>2</sup> -----

Propomos ainda que sejam indicados no alvará de licença a emitir os seguintes condicionantes: -----

1 - As ações de mobilização de solo, nomeadamente a escavação, aterro e cortes, conducentes à alteração do relevo natural, só podem ser efetuadas dentro da faixa de 30,00 ml paralela ao eixo do arruamento contíguo, de acordo com a localização apresentada pelo requerente e desenhada nas plantas que integram o presente processo e parecer emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR).-----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 29 de janeiro de 2014 -----

Ana Patrícia Cortês, Técnica de Planeamento Regional e Urbano (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de mobilização de solos, de acordo com a informação técnica e parecer do Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente. -----

**Infiltração de água na garagem, situada por baixo do Grupo Recreativo Mirandense: requerimento n.º 268/ de Alda Dias Ferreira Almeida, a requerer a verificação das infiltrações de água na garagem que é arrendatária, situada por baixo do Grupo Recreativo Mirandense. Tem junto informação técnica, informando da estimativa orçamental para realização dos trabalhos - cerca de 200,00 euros. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade proceder à realização dos trabalhos em causa, de acordo com a informação técnica. -----



**AENOR** Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Empresas Registradas  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

**Processo n.º 218/2013, de Maria José Cabral de Almeida Soares, a solicitar licença para proceder a obras de alteração e ampliação de uma moradia unifamiliar (projeto de arquitetura - regularização), sito na Rua das Amoreiras, Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo o deferimento do pedido.-----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura, referente ao licenciamento das obras de alteração e ampliação de uma moradia unifamiliar (projeto de arquitetura - regularização), de acordo com a informação técnica, devendo o requerente ser notificado para proceder à junção ao processo, dos projetos de especialidades, no prazo de seis meses, de acordo com a informação técnica.-----

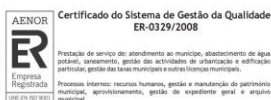
Deliberou ainda que relativamente ao processo de contraordenação n.º 112/2013, deverá ser dado conhecimento à instrutora do processo, de forma a ser dada continuidade do mesmo. -----

**Processo n.º 107/2013, de Telmo Emanuel Rodrigues de Jesus, residente em Rua Principal, Cortes, Semide -Miranda do Corvo, a solicitar licença para proceder à edificação relativa à construção de um telheiro em estrutura amovível e um muro de vedação, confinante com a via pública (projetos de especialidades), sito em Semide - Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo o deferimento do pedido. -----**

Atendendo a que os projetos de especialidades estão instruídos em conformidade, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar construção de um telheiro em estrutura amovível e um muro de vedação, confinante com a via pública, devendo o requerente, solicitar a emissão do alvará de licença de construção no prazo de um ano, mediante a entrega dos documentos constantes na informação técnica. -----

**Processo n.º 200/1984, de José Carlos João Gomes, residente em Rua Casa do Gaiato - Miranda do Corvo, a solicitar licença para proceder a alterações ao projeto de arquitetura, relativo a de obras de acabamentos de habitação e ampliação/instalação de uma oficina de reparaç3ção, sito em Rua Casa do Gaiato, Miranda do Corvo. Tem junto informação dos Serviços Técnicos. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o licenciamento das alterações ao projeto de arquitetura, referente aos acabamentos de habitação e ampliação/instalação de uma oficina de reparação auto, devendo o requerente ser notificado para proceder à junção ao processo, dos projetos de especialidades, no prazo de seis meses, de acordo com a informação técnica. -----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

**Processo n.º 238/2013, de Pedro Manuel dos Santos Jacinto, a solicitar licença para construção de anexo (projeto de arquitetura e especialidades - regularização), sito nas Fontainhas, Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo o deferimento do pedido. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura e atendendo a que os projetos de especialidades estão instruídos em conformidade, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar o licenciamento das obras de edificação de construção de um anexo (regularização), devendo o requerente, no prazo de 30 dias, solicitar a emissão do alvará de obras de edificação, mediante a entrega dos documentos constantes na informação técnica, uma vez que se trata de uma obra já executada, de acordo com a informação técnica. -----

Deliberou ainda que relativamente ao processo de contraordenação n.º 05/2014, deverá ser dado conhecimento à instrutora do processo, de forma a ser dada continuidade do mesmo. -----

**Pagamento de taxas pela emissão de alvará em prestações: requerimento n.º 70/2014, de "Miranhelix - Criação e Comercialização de Caracóis, Ld.ª", a solicitar o pagamento das taxas devidas pela emissão de alvará em 12 prestações mensais, referente ao processo de obras n.º 219/2013. Tem junto informação dos Serviços Técnicos, do seguinte teor:-----**

“O requerente solicita a através do requerimento n.º 70/2014 o pagamento em 12 prestações mensais das taxas devidas pela emissão de alvará de obras de edificação. -----

**ANÁLISE: -----**

De acordo com o n.º 19 do Regulamento Municipal de Taxas e demais encargos nas operações urbanísticas do Município de Miranda do Corvo o Pagamento em prestações refere o seguinte: -----

1 – Mediante requerimento fundamentado, poderá a Câmara Municipal autorizar o pagamento das taxas e outras receitas previstas no presente regulamento e suas tabelas anexas em prestações mensais. -----

2 – Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, o número de prestações mensais não poderá ser superior ao prazo de execução fixado à operação urbanística ou à duração da licença e, em qualquer caso, a trinta e seis prestações.- Neste caso de acordo com calendarização dos trabalhos aprovada o prazo da obra é de três meses, ou seja só poderá ser pago no máximo em três prestações mensais. -----



**AENOR** Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Empresas Registradas  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.







## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

3 – O valor de cada uma das prestações não poderá ser inferior a uma unidade de conta, conforme estipulado no Código do Procedimento e Processo Tributário. - Sendo o valor de conta 102,0 € e o valor total a pagar de 2724,99 € sendo em três prestações, verifica. -----

4 – O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que esta corresponder, sendo devidos juros em relação às prestações em dívida, liquidados e pagos em cada prestação. -----

5 – A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando -se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respetiva certidão de dívida. -----

6 – Não é admitida, em qualquer caso, a concessão de moratória. -----

**PROPOSTA:** -----

Face ao exposto informamos que o pedido do requerente reúne condições para pagar as taxas devidas pela emissão de alvará de obras de edificação em prestações nas seguintes condições: -----

- Número de prestações no máximo de três; -----
- Dar cumprimento às restantes condições de acordo com o n.º 19 do Regulamento Municipal de Taxas e demais encargos nas operações urbanísticas do Município de Miranda do Corvo. -----

À Consideração Superior -----

Miranda do Corvo, 11-02-2014 -----

Maria de Lurdes Fonseca Figueiredo, Eng.ª (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de pagamento das taxas devidas pela emissão de alvará de obras de edificação, em três prestações mensais e de acordo com a informação técnica. -----

**Admissão de comunicação prévia de alterações no decorrer da obra: requerimento n.º 59/2013, de "Miranseguros, Ld.ª", a comunicar a realização de obras identificadas na memória descritiva e justificativa e peças desenhadas, que não implicam a realização de obras de ampliação ou alteração da implantação do edifício. Tem junto informação técnica, informando que reúne condições para deferimento. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de admissão de comunicação prévia de alterações no decorrer da obra, de acordo com a informação técnica. -----

**Prorrogação de prazo para apresentação de elementos: requerimento n.º 61/2014, de Natália Fernandes Dias, a solicitar a prorrogação de 30 dias para entrega do**



**AENOR** Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Empresa Registrada  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

projeto de alterações, relativo ao processo n.º 177/2012. Tem junto informação técnica, do seguinte teor:-----

“A requerente solicita, através do requerimento n.º 61/2014 de 03 de Fevereiro de 2013, a prorrogação de 30 dias, para apresentação dos elementos que se encontram em falta para apreciação do presente processo, relativo a obras sem alvará de licença emitida, os elementos em causa foram solicitados no ofício nº5995 de 14/11/2013 para serem apresentados no prazo de 30 dias após a notificação. -----

- Em 25/11/2013, a requerente solicitou, através do requerimento n.º 768/2013 a prorrogação de 30 dias, para apresentação dos elementos que se encontram em falta para apreciação do presente processo. -----

- Em 03/12/2013, em reunião de Câmara foi deliberado por unanimidade aprovar a prorrogação de prazo para entrega dos documentos em falta, pelo prazo de 30 dias. -----

Desta forma é a segunda prorrogação que a requerente solicita para apresentação dos elementos que se encontram em falta para apreciação do presente processo. -----

**PPROPOSTA:** -----

Face ao exposto deve a autarquia decidir/deliberar se concede uma nova prorrogação do prazo para apresentação dos elementos que se encontram em falta para apreciação do presente processo ou se ordena a demolição da mesma, de acordo com o previsto legalmente no artigo 106.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação. -----

Mais se informa que a presente obra foi já alvo de Auto de Notícia nº 4/2011 (retifica o nº 90/ 2009 ) e instauração de processo de contra-ordenação nº 05/2010. -----

À Consideração Superior -----

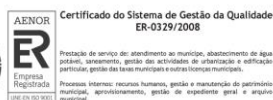
Miranda do Corvo, 07-02-2014 -----

Maria de Lurdes Fonseca Figueiredo, Eng.ª (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido pelo prazo de 30 dias, de acordo com a informação técnica e parecer do Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente. -----

**Prorrogação de prazo para apresentação de elementos: requerimento n.º 72/2014, de João Paulo Amado Dias, a solicitar a prorrogação de 60 dias para requerer a emissão do alvará de licença de obras de edificação, relativo ao processo n.º 50/2013. Tem junto informação técnica, propondo o indeferimento do pedido, do seguinte teor:----**

“O requerente solicita, através do requerimento n.º 72/2012 de 07 de Fevereiro de 2014, a prorrogação de 60 dias, para apresentação dos elementos necessários à requisição da





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

emissão de alvará de construção, tratando-se de uma regularização, os elementos em causa foram solicitados no ofício nº326 de 20/01/2014 para serem apresentados no prazo de 30 dias após a notificação. -----

ANÁLISE: -----

Uma vez que se trata de uma regularização de Reconstrução, ampliação de moradia e muros de vedação, de obras executadas sem o respetivo alvará de construção, os elementos atrás referidos foram solicitados no prazo de 30 dias. -----

Pelo que o presente pedido de prorrogação de prazo para apresentação de elementos não tem qualquer enquadramento legal, nem reúne condições uma vez que se trata de repor o mais urgente a Legalidade Urbanística. -----

PROPOSTA: -----

Face ao exposto o pedido do requerente não reúne condições para o seu deferimento, devendo o mesmo ser notificado que deverá entregar os elementos solicitados no ofício nº 326 de 20/01/2014 dentro do prazo que lhe foi estipulado. -----

Mais se informa que a presente obra foi já alvo de Auto de Notícia nº 46/2010 e instauração de processo de contra-ordenação nº 137/2010. -----

À Consideração Superior -----

Miranda do Corvo, 10-02-2014, Maria de Lurdes Fonseca Figueiredo, Eng.<sup>a</sup> (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade indeferir o pedido de prorrogação do prazo, de acordo com a informação técnica. -----

**Processo n.º 5/2014, de Arlindo Luís, a solicitar licença para proceder à construção de um armazém (legalização), sito em Segade de Lá - Semide, Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, propondo o indeferimento do pedido. -----**

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Miguel Brandão comunicou o seu impedimento no presente processo, por motivos de ter um litígio a decorrer com o requerente. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal reconheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade indeferir o pedido de construção de um armazém (legalização), dado que o mesmo não cumpre o estipulado no PDM, tal como referido nos termos de responsabilidade e memória descritiva, assinados pelo técnico responsável pelo projeto, nem os usos e ações compatíveis com os objetivos da Reserva



## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Ecológica Nacional, de acordo com a informação técnica e do Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente. -----

### **REQUERIMENTOS DIVERSOS** -----

O Vereador Rui Godinho, solicitou o uso da palavra, tendo cumprimentado todos os presentes e informou o Senhor Presidente que nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo, comunicou o seu impedimento no processo seguinte, por motivo de ser familiar dos sócios da empresa/requerente. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

**Estacionamento na Avenida José Falcão: requerimento n.º 17576/2013 da empresa "Abel e Manuela Seguros", a requerer a revisão dos lugares de estacionamento pagos em frente ao seu estabelecimento, na Avenida José Falcão. Tem junto informação dos Serviços Técnicos.** -----

O assunto foi retirado para ser reanalisado e ser presente numa nova sessão camarária. -----

**Esclarecimento sobre espaço público/privado: requerimento n.º 19129/2012, do Condomínio do Edifício Azálea, n.º 39 - Miranda do Corvo, a solicitar informação relativa à propriedade do espaço envolvente ao edifício Azálea, n.º 39 - Miranda do Corvo. Tem junto informação técnica, do seguinte teor:** -----

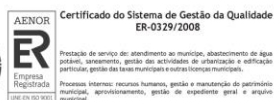
"De acordo com o solicitado informamos que: -----

1 - O edifício em causa foi construído sobre o artigo matricial distinto coma descrição 10604/990511, não tendo sido sujeitos a qualquer operação de loteamento; -----

2 - De acordo com as memórias descritivas e justificativas e os desenhos denominados como arranjos exteriores, que instruíram os projectos de arquitectura, a construção dos blocos previa a construção de arruamentos de acesso e passeios na zona envolvente ao prédio; -----

3 - No processo consultado não existe referência a qualquer recepção provisória de infra-estruturas ou cedências destes espaços para domínio público municipal; -----

4 - De acordo com parecer jurídico elaborado pelo consultor da autarquia, em 2 de Julho de 2009, nos termos do previsto no artigo 204.º do Código Civil, o logradouro e as coisas móveis ligadas materialmente ao prédio, são parte integrante dos prédios urbanos. -----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Não tendo existido recepção provisória de infra-estruturas ou cedências destes espaços para domínio público municipal, as infra-estruturas em causa (arruamentos de acesso e passeios na zona envolvente) são privadas. -----

Apesar da sua classificação como privadas devem salvaguardar o acesso pedonal ao edifício e o acesso automóvel aos lugares de estacionamento público que suportaram o licenciamento do edifício em causa. -----

Conclui-se assim que a responsabilidade de conservação do espaço referido é do condomínio, uma vez que se trata de um espaço privado, cuja utilização que lhe foi conferida pelo projecto aprovado é pública, tratando-se portanto de um espaço privado que deve salvaguardar a natureza pública dos estacionamentos. -----

À Consideração Superior. -----

Miranda do Corvo, 10 de Fevereiro de 2014-----

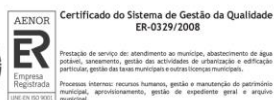
Pedro Correia de Paiva, Eng.º (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade informar o Condomínio do Edifício Azálea, que a conservação do espaço referido é do condomínio, uma vez que se trata de um espaço privado, cuja utilização que lhe foi conferida pelo projeto aprovado é pública, tratando-se portanto de um espaço privado que deverá salvaguardar a natureza pública dos estacionamentos, de acordo com o parecer técnico. -----

**Rotura de água na habitação: requerimento n.º 706/2014, de Manuel João, a requer o perdão do valor elevado de consumo de água (270 m3), devido a rutura na canalização. Tem junto informação da Técnica Superior de Serviço Social, Luísa Camilo, do seguinte teor:-----**

“De acordo com o solicitado por V. Ex.ª foram realizadas duas visitas domiciliárias para avaliação a situação socioeconómica deste agregado familiar. O Sr. Manuel João sofreu, segundo referiu, uma rutura na canalização do exterior da sua habitação. Desta rutura resultou um valor muito elevado de consumo de água (duas faturas de 278,75). O Sr. Manuel João é reformado da EDP com valor mensal de 875,09 e a sua esposa com reforma de velhice no valor de cerca de 300€.” -----

Este casal de idosos possui despesas fixas mensais com água, eletricidade e medicamentos e gás. Contabilizam um rendimento per capita de 533.63€. A situação socioeconómica do casal não é enquadrável no âmbito do Apoio do Fundo de Emergência Social cujo valor do rendimento per capita máximo para um agregado de dois elementos é de 188,65. -----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Consultado serviço de cobrança de água deste Município e a Chefe de Divisão da área Administrativa fui informada da impossibilidade de não cobrança a totalidade do débito de água resultante da rutura, assim como as tarifas resultantes dos consumos que são bastante elevadas. -----

O Sr. Manuel João poderá solicitar o pagamento em prestações mensais da quantia em débito no máximo de 12 prestações tornando não desequilibrando, de forma grave a situação económica do casal. -----

O Sr. Manuel João já foi informado da possibilidade de recurso ao pagamento do débito em prestações contudo pretende solicitar que as tarifas referentes a lixo e saneamento, situação que segundo informação dos serviços competentes não poderá ser deduzido este valor. -----

Uma vez que esta situação exigia, segundo informação da divisão Administrativa e financeira uma análise técnica previa por parte dos serviços competentes sugiro que a mesma seja realizada e que o processo seja suspenso até realização da referida avaliação e emissão de parecer. -----

À consideração superior -----

Miranda do Corvo 12 de fevereiro de 2014 -----

A Técnica S. Serviço Social, Luísa Camilo (a).” -----

O Senhor Presidente informou que existem dois aspetos a considerar, de acordo com a informação da técnica. Que o processo seja suspenso, até que seja feita uma avaliação de emissão de parecer pela Divisão Administrativa e Financeira, mas por outro lado existe um aspeto que é comum a quem possa vir a ter uma rotura de água. Quem tem uma rotura de água e é responsável por isso, porque é depois do contador, e estava habituado a pagar 15/20 euros de água por mês e lhe aparece uma fatura de quase 300,00 euros, não ficará satisfeito. O valor surge porque a pessoa sem ter produzido mais lixo, vai pagar mais pelo lixo, na parte variável, tendo saneamento não vai lançar mais esgoto porque a água perdeu-se e não haverá proporção dos metros cúbicos, e além disso vai pagar a água quase toda pelo 4.º escalão. Neste caso o requerente não gastou mais água porque queria, foi sem intenção. Iremos ter que alterar estas situações que são de grande injustiça, de modo a não cobrar mais lixo, quando surge uma rotura. Talvez ir pelo consumo médio nos últimos doze meses e idem para o saneamento, porque a água acabou por se perder. Também no que toca ao consumo de água, talvez ao excedente em relação ao consumo médio, cobrá-la pelo primeiro escalão. ----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

No que toca ao requerido, em particular, proponho que nos termos da informação técnica, se suspenda o processo até que possa ser feita uma avaliação pela divisão administrativa e financeira. -----

O Vereador Sérgio Seco, informou que concordam inteiramente, com a posição, informando que já não é a primeira vez que se fala isso nas comissões de análises e reanálises do próprio regulamento. -----

Colocado o assunto à votação, a Câmara deliberou por unanimidade suspender o processo até à realização da avaliação e emissão de parecer técnico por parte dos serviços competentes e de acordo com a informação técnica. -----

**Acumulação de funções: requerimento n.º 85/2014, de Maria de Lurdes Fonseca Figueiredo, a requerer autorização para acumulação de funções públicas com as atividades de Formadora. Tem junto informação técnica, propondo o deferimento. -----**

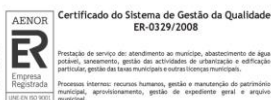
A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o pedido relativo à acumulação de funções com atividades privadas na área da Formação, da Técnica Maria de Lurdes Fonseca Figueiredo, de acordo com a informação do Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente. -----

**Acumulação de funções: requerimento n.º 48/2014, de Pedro José Correia de Paiva, a requerer autorização para acumulação de funções públicas com as atividades de Formador. Tem junto informação do Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente, propondo o deferimento. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o pedido relativo à acumulação de funções com atividades privadas na área da Formação, do Técnico Pedro José Correia de Paiva, de acordo com a informação do Chefe de Divisão de Urbanismo, Obras e Ambiente. -----

**Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 96/2014, de Liliana Duarte Luís Assunção, residente em R. Nossa Sr.ª do Livramento, a apresentar candidatura para o programa de incentivo à natalidade por ter sido mãe, em 26.07.2013. Tem junto informação da Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Luísa Camilo, propondo a atribuição de subsídio no valor de 250,00 euros e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento, informando da existência de fundos disponíveis. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de acordo com a informação da Técnica de Serviço Social, atribuindo um subsídio, no valor de 250,00 euros, pelo nascimento da sua filha Andrea Inês Luís Assunção e proceder à respetiva abertura de Conta Crescente Jovem, de acordo com a informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento. -----







## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

**Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 19460/2014, de Ana Sofia Rodrigues Alves, residente em Rua do Pinheiro Manso, Miranda do Corvo, a apresentar candidatura para o programa de incentivo à natalidade por ter sido mãe, em 19.01.2013. Tem junto informação da Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Luísa Camilo, propondo a atribuição de subsídio no valor de 250,00 euros e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento, informando da existência de fundos disponíveis. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de acordo com a informação da Técnica de Serviço Social, atribuindo um subsídio, no valor de 250,00 euros, pelo nascimento do seu filho João Paulo Alves Cravo e proceder à respetiva abertura de Conta Crescente Jovem, de acordo com a informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento. -----

**Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 1367/2014, de Sónia Raquel Carvalho Antunes, residente em R. D. Afonso Henriques, Miranda do Corvo, a apresentar candidatura para o programa de incentivo à natalidade por ter sido mãe, em 4.11.2013. Tem junto informação da Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Luísa Camilo, propondo a atribuição de subsídio no valor de 250,00 euros e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento, informando da existência de fundos disponíveis. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de acordo com a informação da Técnica de Serviço Social, atribuindo um subsídio, no valor de 250,00 euros, pelo nascimento da sua filha Ana Flôr Antunes Mendes e proceder à respetiva abertura de Conta Crescente Jovem, de acordo com a informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento. -----

**Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 1039/2014, de Catarina Isabel Fernandes Sacramento, residente em Estrada de Eiras - M. do Corvo, a apresentar candidatura para o programa de incentivo à natalidade por ter sido mãe, em 25.01.2013. Tem junto informação da Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Luísa Camilo, propondo a atribuição de subsídio no valor de 250,00 euros e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento, informando da existência de fundos disponíveis. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido de acordo com a informação da Técnica de Serviço Social, atribuindo um subsídio, no valor de 250,00 euros, pelo nascimento do seu filho Afonso Daniel Fernandes Branco e proceder à respetiva abertura de Conta Crescente Jovem, de acordo com a informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento. -----

**PROPOSTAS E OUTRAS DELIBERAÇÕES -----**



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

**Contratação de locação financeira (leasing) para aquisição de viatura pesada de recolha de RSU, com retoma. Presente informação da Técnica Superior, Paula Pequito e parecer da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, do seguinte teor:-----**

“No seguimento de pedido de informação sobre o conteúdo do contrato de leasing a celebrar com a Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A., para aquisição de viatura pesada para o serviço de RSU, cumpre-me informar que face à natureza particular deste tipo de contrato, este se rege pela legislação específica da locação financeira. -----

As condições particulares deste contrato são as seguintes:-----

Capital: 99.450,00 -----

Prazo do contrato: 60 meses-----

N.º de rendas e periodicidade: 20 rendas trimestrais -----

Taxa do contrato: Euribor na Base 365, acrescida de um spread de 4 pontos percentuais. -----

Valor das rendas: 1ª - 5.220,85 euros ao qual acresce uma comissão de estudo e montagem da operação no valor de 150,00 euros. -----

Restantes 19 rendas - 5.220,85 euros -----

É cobrada trimestralmente uma comissão de gestão de 6,00 euros. -----

Valor residual: 5.967,00 -----

A todos os valores acresce IVA à taxa legal em vigor. -----

Face ao exposto e salvo outro entendimento, não existe qualquer constrangimento para aceitar os termos do contrato proposto, uma vez que não existe qualquer outro dado para comparação. -----

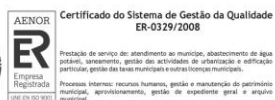
Mais informo que existem fundos disponíveis para assumir os encargos deste contrato, tendo sido registados os respetivos compromissos, conforme fichas de compromisso em anexo.

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 18 de fevereiro de 2014 -----

A Técnica Superior, Paula Pequito (a).” -----

Colocada a proposta de contratação de locação financeira (leasing) para aquisição de viatura pesada de recolha de RSU, com retoma, à votação, foi a mesma aprovado por unanimidade de acordo com a informação técnica e parecer da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.-----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

**Colaboração com a Universidade Sénior, no sentido de cedência de um professor de cavaquinho. Tem junto informação do Técnico Superior, Carlos Rafael e informação da AFPA, informando da existência de fundos disponíveis para cedência de professor de música, à Fundação ADFP - Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional. -----**

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador José Miguel Ferreira comunicou o seu impedimento no presente processo, por motivo de ligações familiares ao Presidente da Fundação. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade aprovar a colaboração com a Universidade Sénior, no sentido de cedência de um professor de cavaquinho, de acordo com a informação técnica. -----

**Empreitada de "Requalificação da Torre e da Cisterna do Antigo Castelo de Miranda do Corvo": presente informação dos Técnicos, Nuno Caetano e Ana Figueiredo, a propor a homologação do Auto de Suspensão Parcial da obra. -----**

Nos termos do previsto no artigo 48º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Rui Godinho pediu dispensa de intervir no procedimento por ter intervindo na obra em questão. -----

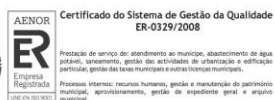
Nos termos do previsto no artigo 50.º que por sua vez remete para o n.º 3 e 4 do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu dos motivos da dispensa de intervir no procedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade aprovar o Auto de Suspensão Parcial de Trabalhos, da empreitada de "Requalificação da Torre e da Cisterna do Antigo Castelo de Miranda do Corvo", de acordo com a informação técnica. -----

**Programação do mês de março para a Casa das Artes: presente informação das Técnicas, Margarida Mota, Ana Figueiredo e Alda Gonçalves. -----**

Nos termos do previsto no artigo 48º do Código do Procedimento Administrativo o Vereador José Miguel Ferreira pediu dispensa de intervir no procedimento relativamente à atividade prevista para o dia 8 de Março. -----

Nos termos do previsto no artigo 50.º que por sua vez remete para o n.º 3 e 4 do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu os motivos da dispensa de intervir no procedimento e declarou-o. -----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Submetida à votação a informação da programação da Casa das Artes de Miranda do Corvo, para o mês de março, foi a mesma aprovada unanimidade, de acordo com a informação das técnicas. -----

**Empreitada de "Construção da Casa das Artes", adjudicada à firma "Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A.": presente informação do Técnico, Nuno Caetano, propondo a aprovação da revisão definitiva de preços, do seguinte teor: -----**

"No passado dia 16.12.2013 apresentei cálculo de revisão de preços, com base em índices provisórios, conhecidos à data, que totalizava €47.558,15 + IVA (quarenta e sete mil quinhentos e cinquenta e oito euros e quinze cêntimos + IVA). -----

Após aprovação da citada revisão, foi a mesma liquidada por parte da Autarquia. -----

Em anexo remeto revisão definitiva de preços, com base nos índices agora publicitados, tal como enunciado no Artigo 382.º do Código da Contratação Pública, no montante de €49.982,48 + IVA (quarenta e nove mil novecentos e oitenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos + IVA) que visa substituir o cálculo anteriormente apresentado. -----

Resulta do diferencial, entre os dois cálculos, um saldo favorável ao adjudicatário de € 2.424,33 + IVA (dois mil quarenta e vinte e quatro euros e trinta e três cêntimos + IVA), que carece de regularização contabilística. -----

03.02.2014 -----

À consideração superior. -----

O Técnico, Nuno Caetano, Eng.º (a). -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a revisão definitiva de preços da empreitada de "Construção da Casa das Artes", de acordo com a informação técnica. -----

**Pagamento de transportes escolares: tem informação da Assistente Técnica, Paula Osório, informando da listagem dos alunos que a autarquia terá que proceder ao pagamento do transporte aos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que residem a mais de 3 Km do estabelecimento de ensino, conforme estipulado no Decreto-Lei 299/1984 e 7/2003 (Registo n.º 654/2014) e informação da Área Financeira, Património e Aprovisionamento, informando da existência de fundos disponíveis. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o pagamento dos passes escolares aos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que residem a mais de 3 Km do estabelecimento de ensino, de acordo com o Decreto-Lei 299/1984 e 7/2003 e de acordo com a informação técnica, devendo o processo ser remetido à Área Financeira, Património e Aprovisionamento para processar as respetivas ordens de pagamento. -----



**AENOR**  
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

**Empreitada de "Edifício Construir (Serviços Técnicos) - trabalhos de reparação", adjudicada à firma "Tecnorém - Engenharia e Construção, S.A.": presente informação técnica, propondo a aprovação da relação n.º 1, referente a trabalhos suprimidos, no valor de 100,00 euros, acrescido de IVA. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a relação n.º 1, referente a trabalhos suprimidos, no valor de 100,00 euros, acrescido de IVA da empreitada de "Edifício Construir (Serviços Técnicos) - trabalhos de reparação", de acordo com a informação técnica. -----

**Empreitada de "Edifício Construir (Serviços Técnicos) - trabalhos de reparação", adjudicada à firma "Tecnorém - Engenharia e Construção, S.A.": presente informação técnica, propondo a aprovação do Auto de Vistoria e Receção Provisória, bem como a conta final da empreitada. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o Auto de Vistoria e Receção Provisória, bem como a conta final da empreitada do "Edifício Construir (Serviços Técnicos) - trabalhos de reparação", de acordo com a informação técnica. -----

**Obra de "Pavimentação de Estradas entre Bairro Novo e Corvo, entre Pereira e Cadaixo e em Espinho": presente informação técnica, propondo a aprovação do Auto de Vistoria para liberação parcial da caução prestada. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o Auto de Vistoria e liberação percentual de caução prestada, no valor de 15% da obra de "Pavimentação de Estradas entre Bairro Novo e Corvo, entre Pereira e Cadaixo e em Espinho", de acordo com a informação técnica. -----

**Empreitada de "Requalificação do Mercado Municipal - Centro de Experimentação de Negócios/Incubadora (fase I): presente ofício da empresa "Construções Manuel & Lino, Ld.ª", a solicitar a prorrogação do prazo de execução da empreitada. Tem junto informação técnica, propondo o deferimento do pedido. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a prorrogação do prazo de execução da empreitada de "Requalificação do Mercado Municipal - Centro de Experimentação de Negócios/Incubadora (fase I), de acordo com a informação técnica. -----

**Empreitada de "Reconstrução da torre e da cisterna do antigo castelo de Miranda do Corvo", adjudicada à firma "Isidovias - Investimentos, Ld.ª": presente informação técnica, propondo a aprovação do auto de medição n.º 7, referente a trabalhos normais, no valor de 6.608,61 euros mais IVA. -----**



**AENOR**  
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Nos termos do previsto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo o Vereador Rui Godinho pediu dispensa de intervir no procedimento por ter intervindo na obra em questão. -----

Nos termos do previsto no artigo 50.º que por sua vez remete para o n.º 3 e 4 do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu dos motivos da dispensa de intervir no procedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram por unanimidade aprovar o auto n.º 7, no valor de 6.608,61 euros, acrescido de IVA, de acordo com a informação técnica e efetuar o pagamento. -----

**Empreitada de "Requalificação do Alto do Calvário e espaço Envolvente", adjudicada à firma "Fitonovo, S.A.": presente informação técnica, propondo a aprovação do auto de medição n.º 10, referente a trabalhos normais, no valor de 14.760,86 euros mais IVA. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o auto de medição n.º 10, no valor de 14.760,86 euros, acrescido de IVA, de acordo com a informação técnica e efetuar o pagamento. -----

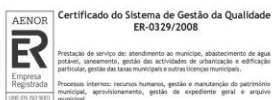
**Empreitada de "Colocação de ossários no Cemitério Novo", adjudicada à firma "Construções Beiracorvo, Ld.ª": presente informação técnica, propondo a aprovação do Auto de Vistoria e Receção Parcial da obra, bem como a liberação de 90% da caução total da obra. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o auto de vistoria e receção parcial da obra de "Colocação de ossários no Cemitério Novo", bem como a liberação de 90% da caução, de acordo com a informação técnica e parecer do Dirigente da Unidade Orgânica de Urbanismo, Obras e Ambiente. -----

**Empreitada de "Sinalização horizontal na Estrada Municipal entre Vila Nova e Souravas", adjudicada à firma "Isidovias - Investimentos, Ld.ª": presente informação técnica, propondo a aprovação da conta final da obra. -----**

Nos termos do previsto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo o Vereador Rui Godinho pediu dispensa de intervir no procedimento por ter intervindo na obra em questão. -----

Nos termos do previsto no artigo 50.º que por sua vez remete para o n.º 3 e 4 do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu dos motivos da dispensa de intervir no procedimento e declarou-o. -----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Os restantes membros deliberaram por unanimidade aprovar a conta final da obra de "Sinalização horizontal na Estrada Municipal entre Vila Nova e Souravas". -----

**Empreitada de "Colocação de Guardas Metálicas na E.M. entre Vale de Colmeias e Limite do Concelho por Canas", adjudicada à firma "Construções J.J.R, S.A.": presente informação técnica, propondo a aprovação do Auto de Vistoria e Receção definitiva da obra, bem como a liberação dos restantes 10% da caução total da obra. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o Auto de Vistoria e Receção Definitiva da obra, bem como a liberação dos restantes 10% da caução prestada à obra de "Colocação de Guardas Metálicas na E.M. entre Vale de Colmeias e Limite do Concelho por Canas", de acordo com a informação técnica. -----

**Empreitada de "Construção da Rede de Saneamento em Rio de Vide e Remodelação da Rede de Águas", adjudicada à firma "Delfim de Jesus Martins & Irmão, Ld.ª": presente informação técnica, propondo a aprovação do auto de medição n.º 3, referente a trabalhos normais, no valor de 16.641,09 euros mais IVA. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o auto de medição n.º 1, referente a trabalhos normais, no valor de 16.641,09 euros acrescido de IVA, de acordo com a informação técnica e efetuar o pagamento. -----

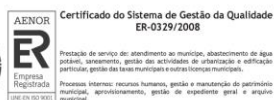
**Empreitada de "Requalificação Viária na Rua Doutor Rosa Falcão - trabalhos suprimidos", adjudicada à firma "Construções A. Martins Rodrigues, Ld.ª": presente informação técnica, propondo a aprovação da relação n.º 1, referente a trabalhos suprimidos, no valor de 410,13 euros, acrescido de IVA. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a relação n.º 1, referente a trabalhos suprimidos, no valor de 410,13 euros, acrescido de IVA, de acordo com a informação técnica.

**Reavaliação de escalão de 1.º ciclo de Ensino Básico/Semide, do aluno Luana Oliveira e Lebre: tem junto informação da Coordenadora da Área Financeira Património e Aprovisionamento, propondo a anulação da deliberação camarária de 20.12.2013. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar em primeira instância a revogação da deliberação de 20 de dezembro de 2013. Mais deliberou aprovar, de acordo com a informação da Coordenadora da Área Financeira Património e Aprovisionamento, dado que atualmente já existe informação de fundos disponíveis, o pagamento do subsídio de livros e material escolar, no valor de 22,90 euros, à encarregada de educação da aluna Luana Oliveira e Lebre.

**Empreitada de "Requalificação do Mercado Municipal - Centro de Experimentação de Negócios/Incubadora (fase I)", adjudicada à firma "Construções Manuel & Lino, Ld.ª":**







## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

**presente informação técnica, propondo a aprovação da relação n.º 1, referente a trabalhos a mais, no valor de 2.480,00 euros acrescido de IVA. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a relação n.º 1, de trabalhos a mais, no valor de 2.480,00 euros mais IVA, da obra de “Requalificação do Mercado Municipal - Centro de Experimentação de Negócios/Incubadora (fase I)”, de acordo com a informação técnica.---

**Perdas de água - avaliação e monitorização: presente informação da Técnica Superior, Luísa Rodrigues, documento que aqui se dá como transcrito, ficando arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a aquisição do material denominado na 1.ª fase, no valor total de 3.560,00 euros e respetivo equipamento de medição, no valor estimado de 3.000,00 euros + IVA, de acordo com a informação técnica. -----

Nos termos do previsto no artigo 48º do Código do Procedimento Administrativo o Vereador José Miguel Ferreira pediu dispensa de intervir no procedimento, no ponto seguinte, relativamente às comemorações do dia da Mulher, dado o envolvimento da Fundação, ADFP. -

Nos termos do previsto no artigo 50.º que por sua vez remete para o n.º 3 e 4 do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu dos motivos da dispensa de intervir no procedimento e declarou-o. -----

**Comemorações do Dia da Mulher: presente informação das Técnicas, Margarida Mota, Ana Figueiredo e Alda Gonçalves, do seguinte teor: -----**

“No dia 8 de março comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Nesse sentido propõe-se que a Casa das Artes se associe a esta data celebrando a Mulher. Foi assim contactado o Clube da Mulher da Fundação ADFP, sugerindo a realização de um evento, que juntasse jantar de celebração da Mulher acompanhado de um espetáculo. -----

8 de março -----

Realização de um jantar em homenagem à Mulher no Restaurante Museu da Chanfana, pelas 19h30. Após o jantar os participantes assistirão ao espetáculo de clown “Com amor, papel manteiga e marcador” na Casa das Artes. O valor será de 11 euros (8 € para o jantar e 3 € para o bilhete), que será suportado por cada participante. A lotação máxima para o jantar é de 80 pessoas. Este evento será aberto à participação de todas as pessoas, independentemente do sexo. Qualquer pessoa poderá ainda assistir apenas ao espetáculo mediante pagamento de um bilhete no valor de 5 euros. -----

O Clube da Mulher respondeu favoravelmente e propôs ainda que a Câmara se associasse a um programa mais alargado de atividades nesse mês. -----



**AENOR** Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Empresa Registrada  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Assim propomos: -----

No mesmo dia, da parte da manhã, pelas 10h, propõe-se a realização de uma atividade no âmbito da Igualdade de Género junto ao mercado municipal, que será orientada pela Dr.ª Anunciação Antunes, colaboradora da FADFP. O papel da Autarquia será na divulgação e na cedência do mercado, caso a atividade não se possa realizar no exterior. -----

Em março, em data a definir, será exibido um filme no cinema da FADFP onde as mulheres serão convidadas a assistir a uma sessão de cinema, com entrada gratuita, cujo filme será cedido pelo Clube da Mulher, cabendo à Autarquia a divulgação do evento. -----

Em mês a definir, será organizado um passeio cultural, que terminará com um espetáculo na Casa das Artes. -----

O transporte será cedido pela Fundação ADFP (1 autocarro de 41 lugares) e pela Câmara (dois autocarros de 27 lugares cada), cabendo à Autarquia a publicidade do evento. --

À consideração superior -----

Miranda do Corvo, 10 de fevereiro de 2014 -----

Margarida Mota (a); Ana Figueiredo (a); Alda Gonçalves (a). -----

Colocado o assunto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

**Empreitada de "Parque das Moitas - Fase I (Jardim da Paz)", adjudicada à firma "Edilages, S.A.": presente informação técnica, propondo a aprovação do auto de medição n.º 1, referente a trabalhos normais, no valor de 13.499,50 euros mais IVA. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o auto de medição n.º 1, referente a trabalhos normais, no valor de 13.499,50 euros, acrescido de IVA, de acordo com a informação técnica e efetuar o pagamento. -----

**Empreitada de "Implantação de Sistema Operacional para Mecânica de Cena, decoração de Cena, Audiovisuais e Finalização de um Espaço Destinado a Albergar Peças Museológicas na Casa das Artes", adjudicada à firma "Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A.": presente informação técnica, propondo a aprovação da relação n.º 1, referente a trabalhos suprimidos, no valor de 203,21 euros acrescido de IVA. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a relação n.º 1, referente a trabalhos suprimidos, no valor de 203,21 euros, acrescido de IVA, da obra de "Implantação de Sistema Operacional para Mecânica de Cena, decoração de Cena, Audiovisuais e Finalização de um Espaço Destinado a Albergar Peças Museológicas na Casa das Artes", de acordo com a informação técnica. -----



**AENOR**  
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

**Abertura de procedimento para fornecimento de gasóleo a granel: presente informação técnica, do seguinte teor: -----**

“Para os devidos efeitos informo V. Ex.<sup>a</sup> que é necessário proceder à abertura de um procedimento para fornecimento de gasóleo para consumo das máquinas e viaturas deste Município; existe neste momento um contrato de fornecimento com a empresa Repsol Portuguesa SA cujas quantidades se preveem que estejam esgotadas até ao final do próximo mês de Março. -----

De modo a aproveitar as condições vantajosas proponho a contratação ao abrigo do Acordo Quadro elaborado pela CIM Região de Coimbra (que neste caso transitou da antiga CIM Baixo Mondego) referente ao fornecimento de gasóleo a granel. Assim, deverá ser efetuado convite às três entidades cocontratantes selecionadas: Alves Bandeira e Cia, Lda., REPSOL Portuguesa, S.A. e GALP Energia - Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.. Os descontos mínimos apurados em sede Acordo Quadro foram: -----

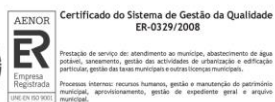
- Alves Bandeira e Cia, Lda. - 0.0850€ -----
- REPSOL Portuguesa, S.A. - 0.0650€ -----
- GALP Energia - Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. - 0.0600€ -----

Estes descontos correspondem aos descontos mínimos que devem ser aplicados ao preço de referência (preço divulgado e praticado pelos cocontratantes com periodicidade semanal). Com o objetivo de maximizar os descontos deverá ser feita negociação no decorrer do procedimento; mais informo que no ano anterior o desconto máximo obtido em sede de negociação foi de 0.098€ com o atual fornecedor Repsol Portuguesa SA. -----

Após análise dos consumos dos 3 últimos anos verifica-se um consumo médio anual de 129.000 litros. De modo a evitar gastos administrativos e maximizar os descontos obtidos proponho a aquisição para 2 anos, isto é 24 meses, com um consumo previsível de 240 000 litros; o valor previsível para efeitos de concurso será de 260 000 euros, acrescido de IVA à taxa normal. -----

Condições de fornecimento: -----

- Gasóleo a ser entregue no Estaleiro Municipal consoante as necessidades -----
- Depósito existente subterrâneo e com capacidade para 10 000 litros -----
- A descarga deverá ser efetuada obrigatoriamente até às 10 horas -----
- A carga da cisterna terá que vir em tanques selados -----
- Prazo de entrega - máximo 2 dias úteis após confirmação da encomenda -----
- Quantidades mínimas a encomendar - 5000 litros -----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Á Consideração Superior -----

Miranda do Corvo, 14 de Fevereiro 2014 -----

A Técnica Superior, Ivone Marques (a).". -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a abertura de procedimento para fornecimento continuado de gasóleo, por dois anos, de acordo com a informação técnica. ----

Mais deliberou remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

**Proposta de Regulamento da Casa das Artes: presente informação das Técnicas, Margarida Mota, Ana Figueiredo e Alda Gonçalves, que a seguir se transcreve:-----**

"No seguimento da reunião de câmara de dia 10 de janeiro de 2014, analisámos as propostas enviadas via mail pelo Sr. Vereador José Miguel Ferreira e nesse âmbito procedemos à alteração da Proposta de Regulamento da Casa das Artes, que enviamos em anexo. -----

Relativamente às sugestões apresentadas: -----

1 - "Harmonizar conceitos, por exemplo: Entidades terceiras/ externas/ requisitantes"

Foi realizada uma harmonização da terminologia passando a ser adotada a expressão "Entidades Terceiras";-----

2 - "Colocar indicação da Lei Habilitante no preâmbulo do regulamento"-----

Foi introduzido no preâmbulo da proposta de regulamento a legislação que enquadra legalmente as competências da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal; -----

3 - "art.º 31º /n.º 1 - Trocar reparar por indemnizar" -----

Foi realizada a alteração sugerida. -----

4 - "art.º 35º /n.º 1 - Trocar cadeira de rodas por indivíduos com mobilidade condicionada"-----

Foi realizada a alteração sugerida. -----

5 - "art.º 24º /n.º 4 - Impossibilitar a cedência continuada do Museu, Espaços de Apoio, Foyer e Espaço Multimédia"-----

Foram clarificadas as situações de cedência pontuais e continuadas - artigos 22.º e 24.º. -----

6 - "No artigo referente aos impedimentos, retirar o impedimento a eventos relacionados com cultos religiosos ou reuniões políticas." -----

Colocada esta questão no âmbito da Comissão Consultiva em reunião de dia 22 de janeiro de 2014, foram os presentes unânimes na manutenção destes impedimentos, por se considerar que aquele espaço se deve manter isento em questões políticas e religiosas. -----



**AENOR**  
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.  
Processos internos, recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Neste sentido foi mantido o artigo na proposta de redação inicial, deixando-se à consideração superior. -----

7 - "Manter a comissão executiva e a comissão estratégica, compostas por membros da sociedade civil, tal como existiam no início da Casa das Artes, com funções e obrigações distintas," e "Estas comissões devem ter o seu mandato e composição regulamentadas no regulamento da Casa das Artes."-----

As Comissões em causa mantêm-se e continuam a ser constituídas por elementos da sociedade civil. Não existiu alteração à sua composição. Foram definidas as suas atribuições, até então vagas e não plasmadas formalmente em nenhum documento. -----

A alteração de denominação da inicial Comissão Executiva para Comissão Consultiva foi sugerida em reunião da própria comissão, uma vez que os seus membros da sociedade civil não entendiam as suas funções como executivas, pois não lhes competiria executar ações e atividades mas apenas contribuir com sugestões. Por outro lado entendiam também que não teriam disponibilidade para reunir com muita frequência nem viam necessidade disso. A realização de reuniões trimestrais permitiria delinear uma programação trimestral, sendo que poderiam existir reuniões intermédias sempre que se justificasse. Tal tem acontecido nos últimos tempos. -----

Face às questões levantadas pelo Sr. Vereador José Miguel Ferreira relativamente à Comissão Consultiva foram novamente questionados os membros presentes da reunião de 22 de janeiro e estes mantiveram a posição anterior, pelo que mantemos a proposta. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 18 de fevereiro de 2014 -----

Margarida Mota (a), Ana Figueiredo (a), Alda Gonçalves (a).” -----

A Câmara aprovou por maioria com 3 votos contra dos Vereadores da Coligação “Miranda Não Pode Parar” e 4 votos a favor dos Vereadores do Partido Socialista e do Senhor Presidente, de acordo com a informação técnica. -----

Mais deliberaram remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

**Primeira Alteração do Mapa de Pessoal para o ano de 2014: presente informação da Assistente Técnica, Fátima Regina Rodrigues e parecer da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que a seguir se transcreve: -----**

“De acordo com o disposto no Preâmbulo da Reorganização dos Serviços do Município de Miranda do Corvo, publicado na II.ª Série do Diário da República, n.º 30, de 12 de fevereiro do corrente ano: -----



**AENOR** Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Empresa Registrada  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

“O “Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais e Estatuto das Entidades Intermunicipais”, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, introduz alterações significativas no regime legal das autarquias locais, designadamente no que diz respeito às transferências de competências do Estado para as autarquias locais e para as Entidades Intermunicipais e à delegação de competências do Estado nos Municípios. -----

Importa assim que a nova realidade se traduza no modelo de estrutura organizativa do Município, de forma a permitir o exercício das respetivas funções de acordo com um modelo mais operativo.-----

Assim sendo, e tendo como objetivo a melhoria das condições de exercício das funções e das atribuições municipais, bem como das competências dos seus órgãos e serviços, tornou -se necessário promover a revisão da respetiva estrutura orgânica, no sentido de as adaptar às novas exigências tendo em vista obter o melhor aproveitamento e a maior eficiência da sua atuação. -----

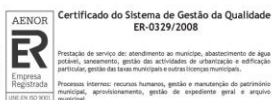
Da avaliação realizada relativamente à estrutura orgânica ainda em vigor, revelou -se a necessidade de se proceder a uma reconfiguração e vários ajustamentos, tendo em atenção a nova legislação que entretanto entrou em vigor como a obtenção de maior eficiência dos serviços e racionalização na afetação dos recursos. -----

Assim sendo, a presente reestruturação orgânica adequa a organização dos serviços à nova realidade da atuação da autarquia, considerando -se que esta é a melhor forma de garantir a concretização de princípios fundamentais como o da prossecução do interesse público, contribuindo para uma gestão mais próxima dos cidadãos e dos munícipes, tendo sempre presente que a principal missão das autarquias locais é a prestação de serviços de modo a satisfazer os interesses próprios das populações respetivas. Tal missão deve ser prosseguida através de uma gestão equilibrada e sustentável dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos de que dispõe, assim como na implementação de políticas públicas locais que promovam o desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental.”;-----

Considerando o Despacho do Sr. Presidente, n.º 6/P/2014, que procede à afetação de alguns trabalhadores, nomeadamente, aqueles integrados nos novos Gabinetes e Núcleos criados; -----

Junto envio, em anexo, a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2014, de acordo com a nova Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais, para aprovação pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal. -----

A Assistente Técnica, Fátima Regina Carvalho Rodrigues (a).”-----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara aprovou por maioria com 3 abstenções dos Vereadores da Coligação “Miranda Não Pode Parar” e 4 votos a favor dos Vereadores do Partido Socialista e do Sr. Presidente de acordo com a informação técnica e parecer da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.-----

Mais deliberou remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

**Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal: presente proposta n.º 10/2014 do Senhor Presidente, António Miguel Costa Baptista. Tem junto informação da Área Financeira, Património e Aprovisionamento, Técnica Superior, Dr.ª Paula Pequito e parecer da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----**

“Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo Órgão Deliberativo salvo quando: -----

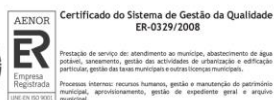
Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

Os seus encargos não excedam o limite de 20 000 contos (99.759,58 €) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

Considerando que, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local. -----

Considerando que a alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º determina igual normativo para as entidades da Administração Central condicionando a assunção de compromissos plurianuais a decisão prévia conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da tutela, salvo quando resultarem da execução de planos plurianuais legalmente aprovados. ----

Considerando o previsto no art. 12.º do D.L. 127/2012, de 21 de junho, que prevê que para efeitos da aplicação da alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da LCPA, a autorização prévia para a







## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

assunção de compromissos plurianuais pelo órgão competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. -----

Considerando que de acordo com informação da Área Financeira, Património e Aprovisionamento, a presente autorização genérica poderia ter sido sujeita a aprovação aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano - GOP de 2014 (art. 12.º do D.L. 127/2012). -----

Face aos considerandos enunciados propõe-se que, em face do exposto, e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supra citados, procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do Sector Público Administrativo, a Assembleia Municipal de Miranda do Corvo delibere (em reforço do consentimento legal já existente e previsto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho): -----

Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais: -----

-quando resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, que constem do plano plurianual de investimentos já devidamente aprovado; -----

- os seus encargos não excedam o limite de 99. 759,58€ ( noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos; -----

- resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, alterações ao cronograma físico de investimentos ou outros legalmente previstos; -----

A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do previsto do número anterior, só pode fazer-se quando, para além das condições previstas no explanado no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no art. 9.º da Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida. -----

Na presente matéria, deverá ainda ser dado cumprimento a todas as disposições legais, aplicáveis à administração local. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A presente proposta aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes na mesma, que produzam efeitos a 1 de janeiro de 2014.

Paços do Município de Miranda do Corvo, 18 de fevereiro de 2014-----

O Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Costa Baptista (a).”-----

A Câmara aprovou, por unanimidade, a proposta n.º 10/2014 de acordo com a informação técnica e parecer da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.-----

Mais deliberou remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

**Empreitada de "Requalificação do Mercado Municipal - Centro de Experimentação de Negócios/Incubadora (fase I)", adjudicada à firma "Construções Manuel & Lino, Ld.ª": presente informação técnica, propondo a aprovação do auto de medição n.º 5, referente a trabalhos normais, no valor de 30.112,93 euros mais IVA. -----**

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o auto de medição n.º 5, referente a trabalhos normais, no valor de 30.112,93 euros acrescido de IVA, de acordo com a informação técnica e efetuar o pagamento. -----

**Proposta n.º 9 do Senhor Presidente, António Miguel Costa Baptista, relativa aos Acordos de Execução previstos nos artigos 132.º e 133.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do seguinte teor: -----**

“ PROPOSTA 9/P/2014 -----

Acordos de Execução previstos nos artigos 132.º e 133.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro -----

1-Considerando que: -----

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro define e confere novas atribuições e competências às autarquias locais, bem como às juntas de freguesia; -----

2-Considerando que: -----

Com a nova Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com o previsto no art. 132.º, considera-se delegado nas Juntas de Freguesia: -----

a) Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;-----

b) Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; -----

c) Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão; -----

d) Gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;-----

e) Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; -----



**AENOR**  
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Emprego  
Registado  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

f) Promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos na alínea anterior; -----

3-Considerando que: -----

A referida Lei considera delegadas nas Juntas de Freguesia o referido conjunto de competências a concretizar através da realização dos acordos de execução, no prazo de 180 dias, após instalação dos órgãos intervenientes de harmonia com o previsto no art.º 133.º; ----

4-Considerando que: -----

A par da aplicação da referida Lei aos acordos de execução, o legislador optou, ainda pela aplicação expressa, a título subsidiário, do Código dos Contratos Públicos e do Código de Procedimento Administrativo;-----

5-Considerando que: -----

Com a referida Lei se pretende que exista uma negociação e que se atente às particularidades de cada Junta de Freguesia, respeitando os critérios relacionados com a caracterização geográfica, demográfica, económica e social de todas as freguesias objecto de acordo de execução. -----

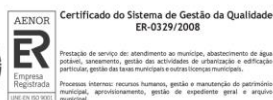
6-Considerando que: -----

No caso dos acordos de execução, a Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro (de ora em diante, apenas Lei nº 75/2013), mais precisamente a alínea l) do nº 1 do seu artigo 33º, sob a epígrafe “competências materiais”, prevê expressamente que “compete à câmara municipal discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei”.-----

Ora, o ponto de partida em matéria de acordos de execução deverá ser uma deliberação da câmara municipal, tomada em reunião plenária do órgão, nos termos da qual este órgão dá início ao procedimento que culminará na celebração do contrato administrativo sob a forma de “acordo de execução”.-----

7-Considerando que: -----

Os acordos de execução não podem determinar o aumento da despesa pública global; devem promover o aumento da eficiência da gestão e dos ganhos de eficácia dos recursos por parte das autarquias locais; e devem concretizar uma boa articulação entre os diversos níveis da administração pública - nº 3 do artigo 115º da Lei nº 75/2013, metas cujo cumprimento só pode ser alcançado se o contrato administrativo que vier a ser concretizado entre município e freguesias for sustentado em dados e informações sérias, exaustivas e detalhadas. -----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Proponho que se inicie as negociações/reuniões com as quatro Juntas de Freguesia, aferindo a viabilidade dos referidos acordos de execução quanto às competências supra identificadas, dando sempre cumprimento ao princípio da prossecução do interesse público, bem como respeitando o princípio da igualdade e proporcionalidade, o princípio da igualdade, o princípio da justiça e os restantes contemplados no Código de Procedimento Administrativo. Sendo que, dos referidos acordos de execução não poderá resultar, em caso algum, aumento de despesa pública e deverão respeitados considerados aqui explanados Devem ainda, os referidos acordos de execução serem acompanhados do devido estudo e fundamentação. -----

As conclusões daqui decorrentes bem como as versões finais deverão ser apresentadas no prazo máximo de 40 dias. -----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 18 de fevereiro de 2014-----

O Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Costa Baptista (a).”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta relativa aos Acordos de Execução previstos nos artigos 132.º e 133.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

**Atribuição de subsídio à Comissão de Melhoramentos, Cultural e Desportiva de Cadaixo: presente proposta do Senhor Presidente, António Miguel Costa Baptista. -----**

O assunto foi retirado, voltando a uma próxima sessão camarária. -----

**Atribuição de subsídio à Casa Recreativa Cultural e Associativa de Caça e Pesca do Povo da Ribeira de Semide: presente proposta do Senhor Presidente, António Miguel Costa Baptista. -----**

O assunto foi retirado, voltando a uma próxima sessão camarária. -----

**Indemnização por prejuízos causados - Reclamação n.º 38/2013 de Silvina Almeida Rodrigues Carvalho: presente parecer da Sociedade de Advogados avençada CAPA, do seguinte teor:-----**

“Perante a indemnização solicitada pela munícipe, importa averiguar se se encontram preenchidos os requisitos da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais pessoas coletivas públicas, regulada na Lei n.º 67/2007. -----

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 7.º da Lei n.º 67/2007, o Estado e as demais pessoas coletivas de direito público são exclusivamente responsáveis pelos danos que resultem de ações ou omissões ilícitas, cometidas com culpa leve, pelos titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, no exercício da função administrativa e por causa desse exercício.-----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A responsabilidade fundada em ato ilícito culposo assenta assim no preenchimento dos seguintes pressupostos: facto, ilicitude, culpa e nexo de causalidade entre a conduta e o acto. -----

Ora, se no caso sub judice no sítio onde se encontra a tampa de saneamento a estrada tem 5,00 m de largura é inquestionável que estamos perante um facto ilícito culposo, que se traduz na omissão, por parte do Município de intervenção tendente à eliminação da altura da tampa, de modo a garantir a normal circulação dos veículos. Com efeito, compete ao Município vigiar e fiscalizar as condições de circulação no caminho agrícola em causa, pois o mesmo consiste num caminho público, integrado no domínio público rodoviário dos municípios. Além de que, a Câmara Municipal é responsável pela rede de saneamento, logo, compete-lhe vigiar o estado as tampas de saneamento. -----

Veja-se em situação análoga o expendido no o Ac. do TCAN de 22-02-2013, proc. n° 00793/06.1BECBR, disponível em [www.dcsi.pt](http://www.dcsi.pt): -----

A responsabilidade de acidente rodoviário provocado pela existência de um buraco em estrada municipal devido a ter saltado, momentos antes, e à passagem de um camião, a tampa de saneamento que o cobria, e que aí tinha sido colocada pelos serviços camarários, deverá ser atribuída ao respectivo município. -----

Relativamente ao nexo de causalidade, cumpre-nos informar que das fotos juntas pela munícipe evidencia-se que o carro tenha sofrido alguns danos aquando da passagem pela tampa de saneamento. -----

Contudo, o município deveria ter diligenciado no sentido de chamar a GNR ao local, para dar conta da situação, de modo a que o auto a ser lavrado fizesse prova acrescida dos factos materiais dele constantes. -----

Em virtude do preenchimento dos requisitos da responsabilidade civil recair sobre o lesado, parece-nos que o nexo de causalidade não é cabalmente demonstrado pela munícipe. No entanto, judicialmente seria admitida prova testemunhal, pelo que o facto de não haver auto da GNR não inquinaria o procedimento indemnizatório. -----

Acresce referir que a munícipe lá foi anteriormente notificada da decisão do anterior executivo camarário a assumir o pagamento de metade do orçamento apresentado, decisão anulada apenas por não haver cabimento orçamental para suportar essa despesa. Pelo que, importa ter em atenção a legítima expectativa criada na munícipe de que, quando houvesse dotação orçamental, seria ressarcida de metade dos gastos com a reparação do veículo. -----



## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Deste modo, somos do entendimento que, por força do princípio da boa-fé, disposto no artigo 6.º do CPA, que remete a Administração para um padrão ético de comportamento na sua relação com os cidadãos, agindo de forma correcta, leal e sem reservas, deveria agora o Município verificar dos procedimentos necessários, nomeadamente no sentido do cabimento da despesa, para indemnizar a Munícipe dos danos, dado que ultrapassadas questões de natureza probatória, a situação, em si, seria passível de indemnização integral a suportar pelo Município. -----

Finalmente cumpre salientar que no caso em apreço, caso o munícipe decida ir para Tribunal, é alto o grau de probabilidade de o R. vir a ser condenado, pelo que chegar a um acordo nesta fase seria uma solução que evitaria o risco do "tudo ou nada" e seria economicamente mais vantajosa (atentos às custas judiciais, demais contingências judiciais e juros moratórios que poderiam acrescer a uma eventual condenação). -----

Porém, importa acrescentar que a munícipe deve fazer prova dos gastos que efetivamente teve que suportar com a reparação dos danos sofridos pelo veículo pelo que, caso o Município decida no sentido do pagamento da indemnização, aconselhamos que seja a munícipe notificada para juntar ao processo as facturas da reparação. -----

Resta evidenciar que caso o Município tenha um seguro de responsabilidade civil extracontratual, então deverá equacionar o seu accionamento e assim transferir a responsabilidade indemnizatória para a entidade seguradora. -----

Do que vem dito, um acordo que repare os danos materiais, s.m.o, é o que melhor salvaguarda devidamente o interesse público. -----

Este, smo, o nosso parecer. -----

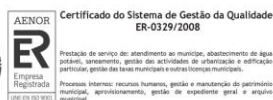
Coimbra, 22 de Janeiro de 2014. -----

O advogado, Luís Filipe Pereira (a).". -----

Colocado o assunto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de acordo com o parecer da Sociedade de Advogados avançada CAPA, ficando o Senhor Presidente mandatado para realizar as reuniões/negociações necessárias com a requerente. -----

**Proposta de aquisição de serviços de revisão legal às contas anuais do município, nos termos do previsto no artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Presente informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento e parecer da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.** -----

“Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo Órgão Deliberativo salvo quando:-----

Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

Os seus encargos não excedam o limite de 20 000 contos (99.759,58 €) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

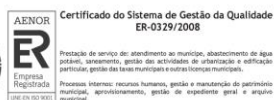
Considerando que, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local. -----

Considerando que a alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º determina igual normativo para as entidades da Administração Central condicionando a assunção de compromissos plurianuais a decisão prévia conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da tutela, salvo quando resultarem da execução de planos plurianuais legalmente aprovados. ----

Considerando o previsto no art. 12.º do D.L. 127/2012, de 21 de junho, que prevê que para efeitos da aplicação da alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. -----

Considerando que de acordo com informação da Área Financeira, Património e Aprovisionamento, a presente autorização genérica poderia ter sido sujeita a aprovação aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano - GOP de 2014 (art. 12.º do D.L. 127/2012). -----

Face aos considerandos enunciados propõe-se que, em face do exposto, e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supra citados, procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do Sector Público Administrativo, a Assembleia Municipal de Miranda do Corvo delibere (em reforço do consentimento legal já existente e previsto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho): -----







## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais: -----

-quando resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, que constem do plano plurianual de investimentos já devidamente aprovado; -----

- os seus encargos não excedam o limite de 99. 759,58€ ( noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos; -----

- resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, alterações ao cronograma físico de investimentos ou outros legalmente previstos; -----

A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do previsto do número anterior, só pode fazer-se quando, para além das condições previstas no explanado no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no art. 9.º da Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida. -----

Na presente matéria, deverá ainda ser dado cumprimento a todas as disposições legais, aplicáveis à administração local. -----

A presente proposta aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes na mesma, que produzam efeitos a 1 de janeiro de 2014.

Paços do Município de Miranda do Corvo, 18 de fevereiro de 2014-----

O Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Costa Baptista (a).”-----

A Câmara aprovou, por unanimidade, a proposta de acordo com a informação da Área Financeira, Património e Aprovisionamento e parecer da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

Mais deliberou remeter à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

**INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO** -----

**Relatório de atividades 2013 da Casa das Artes: tem junto informação das Técnicas, Margarida Mota, Ana Figueiredo e Alda Gonçalves.**-----



**AENOR** Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão dos bens municipais e manutenção municipal.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara tomou conhecimento. -----

**Relatório de avaliação do "I Congresso da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego": presente informação da Técnica, Ana Figueiredo. -----**

A Câmara tomou conhecimento. -----

**Despacho do Senhor Presidente, António Miguel Costa Baptista, a determinar a afetação de pessoal, de acordo com o artigo 8.º e n.º 2 do artigo 10.º ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro. -----**

A Câmara tomou conhecimento. -----

**Despacho do Senhor Presidente, António Miguel Costa Baptista, referente à manutenção da Comissão de Serviço do Dirigente da anterior Unidade Orgânica Administrativa e Financeira agora designada de Divisão Administrativa e Financeira. -----**

A Câmara tomou conhecimento. -----

**Despacho do Senhor Presidente, António Miguel Costa Baptista, referente à cessação da Comissão de Serviço do Dirigente da Unidade Orgânica de Urbanismo, Obras e Ambiente. -----**

A Câmara tomou conhecimento. -----

**Despacho n.º 8/2014, do Senhor Presidente, nomeando Nuno Alexandre Lopes Caetano, como Coordenador do Núcleo de Infraestruturas e Ambiente. -----**

A Câmara tomou conhecimento. -----

**Despacho n.º 7/2014 do Senhor Presidente, António Miguel Costa Baptista, referente à nova distribuição de pelouros, revogando o Despacho n.º 10/2013. -----**

A Câmara tomou conhecimento. -----

**Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar da remoção de sinalização desadequada na Praça José Falcão, Miranda do Corvo (registo n.º 764/2014). -----**

A Câmara tomou conhecimento. -----

**Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar da remoção de sinalização desadequada em Besteiros (registo n.º 761/2014). -----**

A Câmara tomou conhecimento. -----

**Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar da cedência de palco à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo, para apoio ao baile realizado no dia 1 de fevereiro de 2014. -----**

A Câmara tomou conhecimento. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008

Pretação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infraestruturas municipais.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar da cedência de material de apoio aos Mordomos da Festa de S. Sebastião (registo n.º 18861/2014). -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica, Isabel Ferreira, a informar da realização de trabalhos de limpeza de valetas e bermas da estrada, para encaminhamento das águas pluviais, na estrada de Cadaixo/Pereira. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar que foi efetuada a retificação de piso no Corvo, em frente à moradia da senhora Dina Teresa Cardoso Loureiro. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a informar da aprovação das candidaturas submetidas ao POVT, pela CIM do Baixo Mondego e CIM Pinhal Interior Norte, para cofinanciamento da aquisição de equipamentos de proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica, Isabel Ferreira, a informar da realização de trabalhos de limpeza de linha de água na Urbanização da Mirandinvest. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica, Isabel Ferreira, a informar da cedência de material e apoio à realização da prova intitulada "IV Trilhos dos Abutres". -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Coordenadora do Trilhos do Futuro, a informar que o projeto "Trilhos do Futuro", ao abrigo do Contrato Local de Desenvolvimento Social, encontra-se nas novas instalações e tem como finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de ações a executar em parceria. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica Superior, Sandra Francisco, a emitir informação relativa aos fundos disponíveis, para os meses de fevereiro, março e abril de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica Superior, Isabel Ferreira, a informar da realização de trabalhos de desobstrução de manilhas no lugar de Giestal. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Da Técnica Superior, Isabel Ferreira, a informar de vários trabalhos de limpeza, solicitados pela Junta de Freguesia de Miranda do Corvo. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar que a limpeza da estrada dos Moinhos foi efetuada e alertada a brigada responsável pela referida limpeza de acordo com o transmitido pela munícipe Maria de Lurdes Carvalho Dias. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar que a limpeza da linha de água que liga a Rua do Gaiato à Av. Padre Américo, foi efetuada, por solicitação da Junta de Freguesia de Miranda do Corvo. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar da realização de obra de melhoramento na serventia de moradia pertencente a Zolá Carvalho Lopes Gonçalves, residente em Casal da Senhora. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar da reparação dos degraus da escadaria existente em Coenços Cimeiros, após substituição de conduta de abastecimento de água. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar que foi cedido o palco à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo, para a realização de baile no dia 11 de janeiro de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

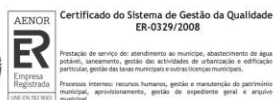
Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar que a limpeza da linha de água que liga a Rua de Neufchateau, foi efetuada. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar que foi efetuada a reparação de valeta, junto a um dos portões da habitação do senhor Manuel Francisco dos Santos Palrinhas, sito em Barreiros, Miranda do Corvo. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar que foram cedidos os stands à Fundação ADFP para apoio ao presépio vivo, realizado no parque biológico da Serra da Lousã. -----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar da colocação de sinalização de cargas e descargas, de acordo com o solicitado pela firma "Mirandalar - Comércio de Artigos para o Lar, Ld.ª". -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar da eficácia da cedência de materiais para construção de passeio em Peeira, ao municie José de Jesus Marques e de acordo com deliberação camarária de 18 de Setembro de 2008. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica de Planeamento Regional e Urbano, Fátima Ferreira, a emitir informação relativa ao ponto de situação da revisão do PDM (registo n.º 541/2014). -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar das obras de melhoramentos no recreio da EB1 de Vila Nova, por solicitação da Junta de Freguesia de Vila Nova. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Dos funcionários João Paulo dos Santos Simões, Tiago André Carvalho, Carlos Alberto carvalho do Amaral e José Augusto Dias Fernandes, a informarem que prescindem do pagamento de horas extraordinárias, na deslocação a Lisboa pela manifestação pela reposição do Metro Mondego. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar que a limpeza de bermas e passeios da Cova da Ponte e Rua da Mesura, foi efetuada, por solicitação da Junta de Freguesia de Miranda do Corvo. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar da colocação de espelho, solicitado pela munícipe Maria Fernando Pedro Eisenhut. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar de que foram reparados os sofás, que se encontram no átrio da Câmara Municipal. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar da cedência de máquina retroescavadora à Junta de Freguesia de Vila Nova, para limpeza de espaço junto ao cemitério. -----



**AENOR** Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar da colocação de espelho, solicitado pela Junta de Freguesia de Miranda do Corvo, em Corvo, Miranda do Corvo.-----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar da realização de transporte de armários da escola Ferrer Coreia, para a Escola José Falcão com a presença do funcionário daquele estabelecimento Joaquim Filipe. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Fiscal Municipal, Hugo Simões, a informar de que foram efetuadas todas as situações solicitadas pela Junta de Freguesia de Miranda do Corvo (registo n.º 9306/2012).-----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica Superior, Luísa Rodrigues, a informar dos resultados conformes em todos os parâmetros das análises de água de consumo humano, de acordo com os relatórios n.ºs 1850 e 1851 (registo n.º 2296/2014). -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador Miguel Brandão, referente à emissão do alvará de obras de alteração n.º 6/2014, relativo à demolição, reconstrução e alteração de moradia, anexo e muros (Processo n.º 166//2013), pelo prazo de 720 dias, em nome de Cilene Maria Rodrigues Alves. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador Miguel Brandão, referente à emissão do alvará de obras de construção n.º 10/2014, relativo à construção de piso (Processo n.º 260//2008), pelo prazo de 30 dias, em nome de Maria Lopes da Cruz Dias. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador Miguel Brandão, referente à emissão do alvará de obras de alteração n.º 7/2014, relativo à alteração de um barracão (Processo n.º 118//2011), pelo prazo de 30 dias, em nome de Maria Nazaré Ventura e Fernanda Maria Ventura Neves.

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador Miguel Brandão, referente à emissão do alvará de obras de alteração n.º 8/2014, relativo à alteração de moradia (Processo n.º 229//2012), pelo prazo de 120 dias, em nome de Maria Fernanda Pedro Eisenhut. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

**Despacho do Vereador Miguel Brandão, referente à emissão do alvará de obras de alteração n.º 11/2014, relativo à alteração e ampliação de moradia (Processo n.º 234//2012), pelo prazo de 360 dias, em nome de António Manuel Pereira Simões. -----**

A Câmara tomou conhecimento. -----

O Vereador Sérgio Sêco solicitou o uso da palavra, tendo o Senhor Presidente acedido ao pedido. -----

O Vereador informou que a sua Bancada regozija-se pela tomada de medida dos funcionários da Câmara Municipal, relativamente à última ação que foi feita a Lisboa, relativamente ao projeto Metro e que adicaram do pagamento de horas extraordinárias e associando-se a toda a luta do Metro Mondego. -----

Relativamente ao PDM, e à informação da Dr.ª Fátima Ferreira, referiu que está disponível para se deslocarem a Lisboa. Informou que há vários meses estão para publicar a carta e que o restante trabalho que o município terá que fazer não o pode sem a respetiva publicação. -----

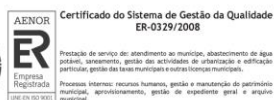
O Senhor Presidente, informou que no que toca às intervenções do Vereador Sérgio Sêco, informou que corrobora com o agradecimento aos motoristas que prescindiram do pagamento de horas extraordinárias e que inclusivamente já lhes transmitiu o seu agradecimento pessoalmente, solicitando que seja transmitido formalmente aos mesmos. Relativamente ao PDM e a todos estes atrasos, referiu que é lamentável, todos os atrasos, da não publicação da carta da Reserva Ecológica Nacional do Município, tendo em vista a conclusão da revisão do PDM, algo que se arrasta há muitos anos, não sendo culpa do atual executivo, devendo-se aos organismos que temos e ao Governo que temos, referindo que podem deslocar-se a Lisboa assim que exista uma oportunidade, contando com a colaboração do Senhor Vereador para o acompanhar. -----

**RATIFICAÇÃO DE ACTOS NOS TERMOS DO N.º 3, ART.º 35, DA LEI 75/2013-----**

**Despacho do Vereador Rui Godinho, aprovando a prorrogação de ocupação do lote n.º 22 e 23 do mercado municipal, em nome de Encarnação Marques Nogueira Pinto e de acordo com proposta aprovada na reunião camarária de 26/12/2013 e Assembleia Municipal de 02/04/2014 (registo n.º 2114/2014). -----**

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

**Despacho do Vereador Rui Godinho, aprovando a prorrogação de ocupação do lote n.º 64 do mercado municipal, em nome de Virgílio Oliveira Santos Costa e de acordo com**







## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

proposta aprovada na reunião camarária de 26/12/2013 e Assembleia Municipal de 02/04/2014 (registo n.º 2086/2014). -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

**Despacho do Vereador Rui Godinho, aprovando a prorrogação de ocupação do lote n.º 57 do mercado municipal, em nome de Maria de Fátima Marques Nogueira Pinto e de acordo com proposta aprovada na reunião camarária de 26/12/2013 e Assembleia Municipal de 02/04/2014 (registo n.º 2116/2014). -----**

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

**Despacho do Vereador Rui Godinho, aprovando a prorrogação de ocupação do lote n.º 16 do mercado municipal, em nome de Carlos Rodrigues Antunes Barreira e de acordo com proposta aprovada na reunião camarária de 26/12/2013 e Assembleia Municipal de 02/04/2014 (registo n.º 2081/2014). -----**

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

**Despacho do Vereador Rui Godinho, aprovando a prorrogação de ocupação da loja n.º 10 do mercado municipal, em nome de "Edmundo Maria Rodrigues & Irmão, Ld.ª" e de acordo com proposta aprovada na reunião camarária de 26/12/2013 e Assembleia Municipal de 02/04/2014 (registo n.º 2052/2014). -----**

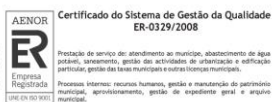
Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Dr. Sérgio Seco comunicou o seu impedimento no presente processo, por motivo de ligações familiares aos sócios da firma. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 45.º o Senhor Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

**Despacho do Vereador Rui Godinho, aprovando a prorrogação de ocupação do lote n.º 93 do mercado municipal, em nome de Paulo Sérgio Martinho de Almeida Ferreira Branco e de acordo com proposta aprovada na reunião camarária de 26/12/2013 e Assembleia Municipal de 02/04/2014 (registo n.º 1765/2014). -----**

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

**Despacho do Vereador Rui Godinho, aprovando a prorrogação de ocupação do lote n.º 24 do mercado municipal, em nome de Sérgio Augusto de Almeida Branco e de acordo com proposta aprovada na reunião camarária de 26/12/2013 e Assembleia Municipal de 02/04/2014 (registo n.º 2115/2014). -----**

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

**Despacho do Vereador Rui Godinho, aprovando a prorrogação de ocupação do lote n.º 70 do mercado municipal, em nome de Maria Irene Fonseca Pinto e de acordo com proposta aprovada na reunião camarária de 26/12/2013 e Assembleia Municipal de 02/04/2014 (registo n.º 1764/2014). -----**

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

**Despacho do Vereador Rui Godinho, aprovando a prorrogação de ocupação da bancada n.º 89 do mercado municipal, em nome de Maria Alice Nascimento Marques de acordo com proposta aprovada na reunião camarária de 26/12/2013 e Assembleia Municipal de 02/04/2014 (registo n.º 2058/2014). -----**

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

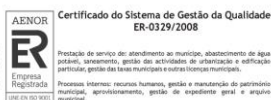
**Despacho da Vice-Presidente, Ana Gouveia, autorizando a cedência das instalações do mercado municipal para a realização de baile de finalistas com isenção do pagamento de taxas. -----**

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

**Despacho da Vice-Presidente, Ana Gouveia, autorizando a cedência das instalações do pavilhão gimnodesportivo para jogo de futsal feminino, solicitado pela Câmara Municipal de Penela. -----**

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

**Despacho do Senhor Presidente, informando que a Câmara Municipal não pretende exercer o direito de preferência, sobre o prédio urbano, sito na Quinta do Campo - Montoiro, Miranda do Corvo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Miranda do Corvo, sob o n.º 8460. -----**





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

O Senhor Presidente, agradeceu a presença dos munícipes. -----

Esteve presente a munícipe Maria Clarinha Ribeiro, residente na Rua do Cruzeiro - Miranda do Corvo, que veio queixar-se do facto do trânsito pesado passar naquela Rua, provocando estragos nas suas habitações. Informou que há cerca de um ano que foram feitas obras de beneficiação na sua habitação, por parte da Câmara e que neste momento encontra-se na mesma. Todas as casas naquela zona encontram-se danificadas, devido à passagem do trânsito pesado, pois a estrada é muito estreita. Informou ainda de que o muro da capela da Senhora Boa Morte, também se encontra bastante danificado. Acrescentou ainda de que foi colocado um tapete a alguns dias e que veio fazer com que existissem mais infiltrações de água nas suas moradias. -----

Seguidamente o munícipe senhor Maurício também veio solicitar ao Senhor Presidente a alteração do trânsito naquela zona, pelas mesmas razões apontadas pela munícipe Maria Ribeiro, reforçando o facto de naquela zona se encontrar a capela da Nossa Senhora da Boa Morte e de constantemente o adro da capela necessitar de obras de beneficiação. Solicitou ainda que fosse verificado o estado das barreiras que caíram na estrada que se inicia ao Cimo do Carvalhal e que vai ter ao Senhor da Serra. Informou que devido ao tempo chuvoso caíram algumas barreiras e encontram-se silvas, dificultando a passagem das pessoas. Uma outra situação é a da casa pertencente à família Cardoso, também na zona do Carvalhal. É uma situação de insalubridade, solicitando que sejam notificados os seus proprietários para procederem a obras de limpeza e desobstrução daquele espaço. -----

Informou ainda da existência de uma caravana estacionada há cerca de dois anos, que ocupa dois lugares de estacionamento, solicitando que os seus proprietários sejam notificados para a sua retirada. -----

O Senhor Presidente informou os presentes de que a obra não foi feita pela Câmara, mas sim por uma empresa, pois a obra estava no prazo de garantia, o pavimento estava muito danificado e foi a empresa que fez a intervenção. Referiu que iria solicitar aos Serviços Técnicos uma avaliação. No que respeita aos autocarros que estão a fazer os transportes alternativos da linha, informou que já tinha equacionado a hipótese de solicitar que eles alterem a situação de modo a não passarem ali. Vamos ver se concordarão e se alteram a rota. -----



**AENOR** Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao munícipe, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.  
Empresa Registrada  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





## câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Quanto ao caminho para o Senhor da Serra, referiu que o tempo não o tem permitido e que estão a equacionar a limpeza de várias estradas municipais e visto que este caminho é utilizado para caminhadas os serviços irão dar prioridade a essa limpeza. -----

Quanto às outras situações que foram referidas, das casas velhas, referiu que infelizmente existem muitas por todo o concelho, sendo necessário fechar os vãos e notificar os seus proprietários. Informou que na zona histórica, existem várias situações a que irão dar prioridade que solicitarão aos serviços técnicos para avaliarem essas situações. Relativamente à caravana, informou que vai solicitar aos serviços para verificarem a situação. -----

O Senhor Presidente, agradeceu a todos os presentes a presença e todos os alertas. ----

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi esta reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por unanimidade em minuta, para efeitos imediatos. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

---

(António Miguel Costa Baptista)

A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira,

---

(Marilene Regina Pereira de Carvalho Rodrigues)



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade  
ER-0329/2008  
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.  
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.

